

REAF MERCOSUL

AGROECOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

AGRADECIMENTOS

Às Agriculturas Familiar, Camponesa, Indígena, Quilombola, Étnica e Comunitária, que dia a dia cultivam a Agroecologia nos mais diversos territórios com muito trabalho, resistência e cuidado pela Terra.

EXPEDIENTE

Colheita e sistematização de dados:
Isabela Tsutiya Andrade (Cepagro)

Pesquisa e conteúdo:
Ana Carolina Dionísio e Isabela Tsutiya Andrade

Edição:
Ana Carolina Dionísio (Cepagro)

Projeto Gráfico e Diagramação:
Aline Assumpção

Colaborações:
Adolfo Valdez Laguna (UC-CNAPE - Bolívia)
Andrés Felipe Páez Barahona (MADR - Colômbia)
Cássio Trovatto (MDA - Brasil)
Darío Staple (MAG - Paraguai)
David Quispe (Plataforma Nac. de Suelos - Bolívia)
Erika Sagae (Cepagro)
Federico Sierra (DGDR- MGAP - Uruguai)
Fernando Ibarra (RAU - Uruguai)
Igor Teixeira (MDA - Brasil)
Joelma Melo (MDA - Brasil)
Juana Beatríz Caballero Almada (MAG - Paraguai)
Julio Worman (FIDA)
Lautaro Viscay (REAF)
Lina Vieira da Silva (MPI - Brasil)
Nicole Guerrero (INDAP - Chile)
Pablino Ferreira Piris (APRO/COPROFAM - Paraguai)
Patricio Camoglino Escobar (INDAP - Chile)
Rodrigo Afonso Guimarães (MDA - Brasil)
Sandra Marca Uscamayta (UC-CNAPE - Bolívia)
Ynaiá Masse Bueno (MDA - Brasil)

Foto da capa: Produção agroflorestal e agroecológica para autoconsumo. Projeto Pobreza, Reforestación, Energía y Cambio Climático (PROEZA), implementado pelo Governo do Paraguai em cooperação técnica com a FAO.

Fotos
Acervo Cepagro
Acervo FLD / Rede CAPA Agroecologia
Acervo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil)
Acervo Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil)
Agência Brasil
Agência Boliviana de Información
Acervo Plataforma Nacional de Suelos (Bolívia)
Acervo CIOEC Bolívia
Acervo AOPEB Bolívia
Acervo Red de Agroecología del Uruguay
Acervo Red Nacional de Semillas Nativas y Criollas (Uruguay)
Acervo Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (Uruguay)
Acervo Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural (Colômbia)
Acervo Articulação do Semiárido (ASA - Brasil)
Acervo AS-PTA (Brasil)
Acervo Articulação Nacional de Agroecologia (ANA - Brasil)
Acervo APRO (Paraguai)
Acervo Paraguay Orgánico
Acervo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST - Brasil)
Acervo INDAP (Chile)
Acervo FAO - Photo Library
Acervo FAO Colômbia
Acervo FAO Paraguay
Acervo ONU Mulheres
Acervo Corambiente (Colômbia)
Acervo Rede de Mercados Campesinos Agroecológicos do Vale do Cauca (Colômbia)
Acervo ONG Alter Vida (Paraguay)

Florianópolis, SC, Brasil.
Outono de 2025.
ISBN 978-85-67297-11-8

REAF MERCOSUL

AGROECOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

2025

*AVISO LEGAL: "Este documento foi produzido com apoio financeiro do FIDA. As conclusões, opiniões, interpretações e recomendações expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do FIDA, de seu Conselho Executivo, de seus membros ou de qualquer Estado-membro que eles representam. O FIDA não garante a exatidão dos dados incluídos neste trabalho. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas em qualquer mapa deste trabalho não implicam qualquer julgamento por parte do FIDA sobre o estatuto jurídico de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras."

SUMÁRIO

1. PREFÁCIO 04

2. APRESENTAÇÃO 06

3. SUMÁRIO EXECUTIVO 08

4. NOSSA BASE É AGROECOLÓGICA 12

5. OS 10 ELEMENTOS DA AGROECOLOGIA 15
DE ACORDO COM A FAO

6. AGROECOLOGIA: ESTRATÉGIA DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SEGURANÇA ALIMENTAR 16

7. AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS 18

. A caminhada da Agroecologia na REAF 19
. Nossos passos vêm de longe 22

8. AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MERCOSUL AMPLIADO: 24
UM PANORAMA

. Quais temas abrangem as políticas públicas e marcos legais identificados? 26
. Principais desafios para o avanço de políticas públicas para Agroecologia 29
. Como estamos na construção, regulamentação e implementação das principais políticas públicas para Agroecologia nos países do Mercosul e associados? 30

9. ESTUDOS DE CASO E BOAS PRÁTICAS EM AGROECOLOGIA NO MERCOSUL AMPLIADO 31

. Bolívia 32
. Brasil 37
. Chile 45
. Colômbia 52
. Paraguai 57
. Uruguai 64

10. RECOMENDAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR DESAFIOS E AVANÇAR COM SUSTENTABILIDADE 70

. Participar nas discussões e na distribuição de recursos: a AFCI na agenda climática global 72
. Mostrar que a agroecologia funciona: construção de evidências para visibilizar, incidir e mobilizar 74
. Identificar desafios e construir estratégias para além da COP30 76

11. É NOS ENCONTROS QUE A AGROECOLOGIA SE FORTALECE 79

12. ANEXO 80
POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E MARCOS REGULATÓRIOS MAPEADOS E ORGANIZADOS POR CATEGORIAS

13. REFERÊNCIAS 88

PREFÁCIO

> **"(...) a REAF tem sido um espaço privilegiado de diálogo entre a sociedade civil e os representantes governamentais, impulsionando a construção de políticas públicas que suportam a transição para sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis"**

É com grande satisfação e um profundo senso de responsabilidade que apresento o prefácio desta relevante publicação: **Agroecologia, Políticas Públicas e Participação Social**, um marco importante para a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF MERCOSUL). Este documento não é apenas um compêndio de dados e análises; é um testemunho da resiliência, da sabedoria e do trabalho incansável da Agricultura Familiar, Camponesa, Indígena, Quilombola, Étnica e Comunitária (AFCI) que, dia após dia, praticam a Agroecologia nos mais diversos territórios, com muito trabalho, resistência e cuidado pela terra.

A Agroecologia, para nós, transcende a mera técnica agrícola. Ela se configura como uma abordagem integrada que aplica princípios ecológicos e sociais na concepção e gestão dos sistemas alimentares e agrícolas. Busca otimizar as interações entre plantas, animais, seres humanos e o meio ambiente, considerando os aspectos sociais essenciais para um sistema alimentar sustentável e justo. É a ciência, o conjunto de práticas e o movimento social que se entrelaçam para construir um futuro mais equitativo e sustentável.

Esta publicação, resultado de um esforço conjunto da REAF com parceiros fundamentais como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), oferece um panorama detalhado das políticas públicas voltadas à promoção da Agroecologia em seis países da região do Mercosul Ampliado: Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile e Colômbia. É um levantamento exaustivo que identificou 103 políticas públicas, programas e marcos regulatórios, refletindo os avanços, mas também os desafios que ainda persistem na institucionalização da Agroecologia em nossa região.

O reconhecimento da Agroecologia como estratégia para a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, com resiliência climática, é um dos pilares deste trabalho. Em um cenário de crescentes desafios impostos pelas mudanças climáticas, a Agroecologia emerge não apenas como uma alternativa, mas como a resposta necessária. Suas práticas, como a diversificação de culturas, o uso de sementes nativas e crioulas, os sistemas agroflorestais e a redução do uso de insumos externos, não só aumentam a resiliência dos sistemas agrícolas, mas também contribuem significativamente para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e para o uso sustentável dos recursos naturais.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Nacional de Florestas Produtivas, que visa apoiar sistemas agroflorestais e silvipastoris em assentamentos da reforma agrária, combinando espécies nativas de árvores (tais como açaí, cacau, andiroba, ou castanha do Brasil) consorciadas com cultivos alimentares - unindo assim geração de renda, segurança alimentar, e sustentabilidade ambiental. As linhas do PRONAF voltadas à Agroecologia, assim como o PRONARA (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos) são igualmente cruciais para fortalecermos a transição agroecológica.

É imperativo destacar o papel catalisador da REAF nesta jornada. Desde 2013, quando a Agroecologia foi incorporada à sua agenda, a REAF tem sido um espaço privilegiado de diálogo entre a sociedade civil e os representantes governamentais, impulsionando a construção de políticas públicas que suportam a transição para sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis. A caminhada é longa, mas a consolidação da Agroecologia na agenda da REAF, nos Planos Nacionais da AFCI, e a implementação de um Programa Regional de Intercâmbio refletem o avanço de um projeto político pautado pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de nossos povos.

O documento também evidencia os desafios que se impõem ao pleno desenvolvimento da Agroecologia na região. A questão do financiamento, a necessidade de maior articulação institucional, a urgência em promover a inclusão social e de gênero, e os obstáculos na comercialização de produtos agroecológicos são pontos cruciais que demandam nossa atenção e ação coordenadas. É inadmissível que a AFCI, responsável por uma parcela tão significativa da produção alimentar global e da conservação ambiental, receba uma fatia tão ínfima dos financiamentos climáticos.

As recomendações apresentadas nesta publicação, incluindo a construção de evidências sobre o impacto positivo da Agroecologia e a participação ativa nas discussões sobre distribuição de recursos, são um chamado à ação. A COP30, a ser realizada no Brasil, representa uma oportunidade ímpar para posicionarmos a Agroecologia e a AFCI no centro da agenda climática global, garantindo o acesso a fundos verdes e demonstrando que a Agroecologia funciona.

Reafirmo o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil em fortalecer a Agroecologia como pilar do desenvolvimento rural sustentável. Continuaremos a trabalhar incansavelmente para que as políticas públicas sejam cada vez mais inclusivas, robustas e capazes de apoiar as famílias agricultoras, camponesas e indígenas em sua fundamental missão de produzir alimentos saudáveis, proteger o meio ambiente e construir um futuro de abundância e justiça para todos.

Que esta publicação sirva de inspiração e ferramenta para todos aqueles que acreditam e atuam na construção de um mundo agroecológico.

Paulo Teixeira
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - BRASIL

A agricultura familiar, camponesa e indígena exerce papel crucial na expansão e manutenção de práticas agroecológicas para soberania e segurança alimentar e nutricional com resiliência climática. Na foto, a agricultora Maria Erivânia dos Santos, do Assentamento Comuna Amarildo de Souza, em Santa Catarina, sul do Brasil.

APRESENTAÇÃO

Esta publicação é um dos resultados do Programa Regional de Agroecologia da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul - REAF, desenvolvido em parceria com o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola da ONU), a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e o Cepagro (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), para promover o intercâmbio de experiências e o avanço mútuo no desenvolvimento da Agroecologia na região. Nas páginas seguintes, apresentamos informações sistematizadas sobre as políticas públicas voltadas para a promoção da Agroecologia em seis países: Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia (membros plenos da REAF), além de Chile e Colômbia (países associados).

A COPROFAM (Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado) já realizou um robusto estudo sobre o tema, diagnosticando marcos regulatórios, políticas públicas e recomendações para a promoção da Agroecologia no Mercosul, apresentado durante a XLI REAF, em Montevidéu, em novembro de 2024. Esta publicação segue na mesma direção, acrescentando informações sobre mais países (Bolívia e Colômbia) e trazendo exemplos de boas práticas na implementação dessas políticas públicas, seus avanços e desafios. Os dados foram coletados no âmbito da Comissão de Agroecologia da REAF, por meio de questionários, revisão de literatura e webinars.

Entendemos que este é um primeiro esforço para compreender melhor o cenário atual, e que possui limitações de escopo, pois há informações limitadas sobre o real impacto das iniciativas mapeadas, ao mesmo tempo em que há excelentes iniciativas no âmbito municipal que não fazem parte deste estudo. Mesmo assim, espera-se colaborar para a ampliação e fortalecimento das políticas públicas de promoção da Agroecologia e da transição para sistemas de produção de base agroecológica na Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (AFCI), movimento estratégico e necessário para a adaptação e mitigação dos efeitos da crise climática, garantindo a soberania e a segurança alimentar e nutricional dos povos.



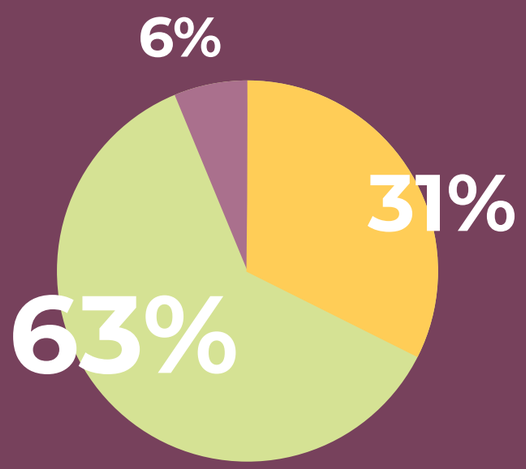
SUMÁRIO EXECUTIVO

Este levantamento se soma a outros realizados no âmbito da REAF e entidades associadas, como o COPROFAM, com o objetivo de identificar e sistematizar as políticas públicas para a Agroecologia no Mercosul Ampliado, refletindo também sobre seus fatores de sucesso e desafios a partir de casos de implementação dessas políticas e de iniciativas em curso realizadas por ONGs, movimentos sociais e redes agroecológicas. Os dados foram coletados em colaboração com os pontos focais da REAF Agroecologia, através de questionários, webinars e consultas individuais, além de extensa pesquisa documental.

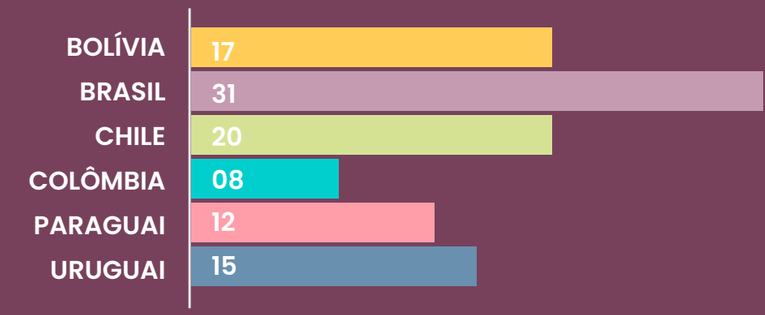
NESTE ESTUDO, IDENTIFICAMOS:

103

POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E MARCOS REGULATÓRIOS PARA AGROECOLOGIA E AFCI em SEIS PAÍSES do Mercosul Ampliado, com a seguinte distribuição e estágios de implementação:



- EM CONSTRUÇÃO
- APROVADA, MAS NÃO REGULAMENTADA OU IMPLEMENTADA
- IMPLEMENTADA OU EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO



DENTRE OS DESAFIOS MENCIONADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS, DESTACAM-SE:

FINANCIAMENTO:

- Faltam dotações orçamentárias nos e dos governos;
- Falta de crédito para agricultores/as;
- Faltam mecanismos financeiros favoráveis para a associatividade agroecológica.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL:

- Falta reconhecimento da relevância da Agroecologia dentro dos governos e ministérios;
- Falta vontade política na construção, aprovação e implementação das iniciativas;
- Necessário aumentar recursos para assessorias e investimentos;
- Projetos de curta duração e com abrangência territorial limitada;
- Dificuldade em traduzir objetivos específicos em políticas e ações concretas.

INCLUSÃO SOCIAL E GÊNERO:

- Necessário ter enfoque diferenciado para mulheres e jovens, além de ser menos mercantilista e mais inclusivo com diversos grupos e populações do campo;
- Necessário avançar no desenvolvimento da autonomia econômica, física e tomada de decisão das mulheres rurais;
- Importante focar em jovens rurais entre 18 e 40 anos e mulheres rurais.

COMERCIALIZAÇÃO:

- Dificuldades estruturais na comercialização agroalimentar de alguns países;
- Falta de reconhecimento de sistemas de certificação participativa.

APRENDENDO COM A EXPERIÊNCIA:
BOAS PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E PROJETOS EM AGROECOLOGIA

Foram mapeadas pelo menos 109 iniciativas já em curso e com bons resultados já verificados. Este número, contudo, é apenas uma estimativa; existem inúmeras outras ações sendo desenvolvidas nos territórios. Ainda assim, a partir deste panorama é possível observar tendências nos apoios, alguns fatores de êxito e desafios.

A MAIOR PARTE DAS BOAS PRÁTICAS DISTRIBUI-SE EM:



Além destas, o **Sistemas Participativos de Garantia**, presentes em todos os países do Mercosul Ampliado, mesmo que em alguns casos sem reconhecimento oficial, mostram-se como ferramentas estratégicas na difusão da Agroecologia nos mais diversos contextos, como povos indígenas e comunidades tradicionais, agricultura familiar e redes de mercados camponeses.

O QUE COLABORA PARA O SUCESSO DESSAS INICIATIVAS?

- **ARTICULAÇÃO COM SOCIEDADE CIVIL** organizada desde o desenho à execução e avaliação das políticas, o que colabora para sua territorialização;
- Apoio à **AÇÃO LOCAL, A PARTIR DE COLETIVOS** enraizados no território e articulados em rede, o que potencializa os investimentos;
- **ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL,** envolvendo diversos ministérios e instâncias governamentais no desenho e execução de políticas;
- **INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS**, conexões entre elas, tornando mais eficiente a aplicação de recursos públicos;
- Realização de **DIAGNÓSTICOS PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS** e intervenções;
- **CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA** técnica constantes;
- **INTERCÂMBIOS** entre organizações, governos, coletivos e movimentos, para troca de experiências e aprendizados;
- **APOIO A CIRCUITOS CURTOS**, feiras, mercados campesinos, cestas e outras iniciativas de **COMERCIALIZAÇÃO DIRETA**.

Escola de Campo (ECA) em Transição Agroecológica na região de Tarapacá, norte do Chile.



NOSSA BASE É AGROECOLÓGICA

São muitas as definições atribuídas à Agroecologia, vindas da academia, dos movimentos sociais e dos marcos normativos. Enquanto o tripé "ciência transdisciplinar - conjunto de práticas - movimento social" já é considerado um consenso[1], não existe uma definição universal de Agroecologia - trata-se, portanto, de um conceito diverso e dinâmico. Nesta publicação, tomamos como referência as definições construídas pela FAO e FIDA e como são expressas na REAF Mercosul.

A **FAO** apresenta a Agroecologia como uma "abordagem integrada que aplica **princípios ecológicos e sociais no design e na gestão dos sistemas alimentares e agrícolas**. Ela busca otimizar as interações entre plantas, animais, seres humanos e o meio ambiente, considerando os aspectos sociais necessários para um **sistema alimentar sustentável e justo**"[1].

Desde 2014, a FAO e o FIDA têm promovido diálogos entre países sobre **Agroecologia**, entendida como um **enfoque estratégico para cumprir vários ODS**, como o Fome Zero. Em 2019, os Estados membros da FAO aprovaram os **DEZ ELEMENTOS DA AGROECOLOGIA** para balizar processos de transição a sistemas agroalimentares mais sustentáveis.

O **Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)** ressalta o papel da Agroecologia para a produção de **"alimentos suficientemente diversos e acessíveis, ao mesmo tempo em que se conserva e protege a biodiversidade e os recursos naturais"**. Além disso, salienta que

*No âmbito da **REAF**, a Agroecologia é entendida como a **"gestão sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a conservação do ambiente e resiliência dos sistemas agroalimentares"**[3].*

"A agroecologia capacita produtores de pequena escala, particularmente **mulheres e jovens, como moldadores de sistemas alimentares sustentáveis**. Ao combinar princípios ecológicos, conhecimento tradicional e ciência moderna, as técnicas agroecológicas são **ambientalmente sustentáveis, socialmente justas e economicamente viáveis"**[2].

A partir destas acepções que se complementam sobre a Agroecologia, entendemos sua **estreita relação com a Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (AFCI)**. Como afirma a **Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (COPROFAM)**, a AFCI "produz e oferece alimentos que apoiam a soberania e a segurança alimentar e ajudam a preservar a cultura e o conhecimento tradicional

1 https://www.fao.org/agroecology/overview/en/

2 https://www.ifad.org/en/agroecology

3 MERCOSUL/REAF/P.REC Nº 01/23. BASES DA AGROECOLOGIA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCOSUL. XXXIX REAF – Rio de Janeiro, 2023.

em áreas rurais, (...) **desempenha um papel fundamental na redução de danos ambientais, na restauração e conservação da biodiversidade e no aumento das florestas, que são essenciais para conter o aquecimento global"**[4].

O papel vital que a **Agricultura Familiar, Camponesa, Indígena** e também "comunidades tradicionais, de pastoreio e pecuária, pesqueiras, de altitudes" têm para o estabelecimento de sistemas agroalimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes também é um dos temas centrais da **Década das Nações Unidas da Agricultura Familiar (2019-2028)**, que enfatiza "sua **contribuição catalisadora para o desenvolvimento econômico, garantindo a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, assegurando o equilíbrio territorial, gerenciando os recursos naturais de forma mais sustentável**, preservando o conhecimento e a sabedoria e alcançando um desenvolvimento inclusivo e resiliente", conforme a Declaração Final da VIII Conferência Global do Fórum Rural Mundial[5].

Se, por um lado, não existe Agroecologia sem Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena; o fortalecimento da Agroecologia também é fundamental para a adaptação e mitigação dos efeitos da crise climática para a AFCI e, consequentemente, para a segurança alimentar e nutricional de populações rurais e urbanas.

Produção de alimentos agroecológicos na Tekoá Vy'á, território guarani em Santa Catarina, sul do Brasil



4 Diagnóstico de los marcos normativos, políticas públicas vigentes y recomendaciones de propuestas para promover la Agroecología en los países del Mercosur. COPROFAM, octubre de 2024. Apresentado na XLI REAF, Montevideo, 2024.

5 Final Declaration: "Sowing sustainability: Scaling up the vital contribution of Family Farming".World Rural Forum, 2024.

OS 10 ELEMENTOS DA AGROECOLOGIA

de acordo com a FAO[6]

DIVERSIDADE:
De espécies e genética nos sistemas agrícolas para fortalecer a resiliência e aumentar a produtividade.

SINERGIAS:
Potencialização das interações benéficas entre plantas, animais e microrganismos para otimizar o uso de recursos e a produtividade.

EFICIÊNCIA:
Aumento da eficiência no uso de nutrientes, água e energia nos sistemas agrícolas, minimizando desperdícios e impactos ambientais.

RESILIÊNCIA:
Sistemas agrícolas capazes de se adaptar e se recuperar de mudanças climáticas ou flutuações de mercado.

RECICLAGEM:
Incentivo à reciclagem de nutrientes e à minimização do uso de insumos externos para cuidar do solo.

COCRIAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO:
Com participação dos agricultores/as no desenvolvimento de práticas agrícolas que integrem seus conhecimentos com avanços científicos.

VALORES HUMANOS E SOCIAIS:
Ênfase na equidade social, no bem-estar das comunidades e nos aspectos culturais da produção e do consumo de alimentos.

CULTURA E TRADIÇÕES ALIMENTARES:
Reconhecimento e valorização das culinárias locais, da identidade cultural e da diversidade dos sistemas agroalimentares.

GOVERNANÇA RESPONSÁVEL:
Processos de governança inclusivos que garantam os direitos de todos os atores do sistema alimentar, especialmente os grupos marginalizados.

ECONOMIA CIRCULAR E SOLIDÁRIA:
Modelos econômicos locais baseados em sustentabilidade, bem-estar comunitário e práticas justas na produção e no comércio de alimentos.

6 Ícones adaptados de **Os 10 Elementos da Agroecologia da FAO**.



Agricultura familiar, quintais produtivos e cisternas no Nordeste do Brasil.

AGROECOLOGIA: ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

Muito além de uma alternativa à agricultura convencional, a Agroecologia traz respostas aos desafios impostos pela crise climática. Ao promover **sistemas agroalimentares mais sustentáveis, resilientes e diversificados**, a Agroecologia protege a **segurança alimentar e nutricional** dos povos e colabora para sua **adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas**.

ADAPTAÇÃO, MITIGAÇÃO OU RESILIÊNCIA CLIMÁTICA?

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) define **resiliência como "a capacidade de um sistema de absorver um choque, manter sua função durante o choque ou a capacidade de retornar ao seu estado funcional anterior ao choque"**, definição à qual agregou-se o componente de "aptidão consistente para se adaptar e aprender a lidar com mudanças e incertezas". Assim, a resiliência é entendida como um caminho para adaptação às mudanças climáticas: quanto mais resiliente, melhor um sistema se adapta ao clima em constante transformação, e vice-versa[1].

1 The potential of agroecology to build climate-resilient livelihoods and food systems. FAO, 2020, p. 6.

AGROECOLOGIA E CLIMA

1. RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

A Agroecologia promove práticas que aumentam a resiliência dos sistemas agrícolas frente às mudanças climáticas. Alguns exemplos são: diversificação e rotação de culturas, uso de sementes nativas e crioulas, sistemas de cultivo mínimo, plantas de cobertura, uso de composto orgânico e esterco animal no lugar de fertilizantes de nitrogênio, diminuição do uso de insumos externos e cultivo de sistemas agroflorestais.

2. MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Práticas agroecológicas como a rotação de culturas, adubação verde, cultivo mínimo e sistemas agroflorestais têm o potencial de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) ao capturar carbono no solo e reduzir o uso de fertilizantes sintéticos e combustíveis fósseis.

3. USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS

Ao não utilizar agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, a Agroecologia já contribui enormemente para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, como solo, água e biodiversidade. Práticas como consórcios e sistemas agroflorestais favorecem a ciclagem de matéria orgânica e da água, além de aumentar a diversidade de espécies vegetais[2]. Plantas de cobertura e adubação verde auxiliam a recuperação de solos degradados e pobres em nutrientes e conservam aqueles que são altamente produtivos[3]. Eficiência no uso da água e de insumos agrícolas também são características da Agroecologia.

4. DIÁLOGO DE SABERES NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

Ao valorizar os conhecimentos de comunidades tradicionais, indígenas e da agricultura familiar e camponesa desenvolvidos ao longo de gerações, a Agroecologia aponta caminhos sobre como lidar com mudanças e estresses ambientais.

2 Rede SAFAS: trazendo a floresta pra dentro da roça. DIONÍSIO, Ana Carolina; DORTA, Fernanda; MAGNANTI, Natal João; SIMÕES-RAMOS, Grazianne Alessandra; SIDDIQUE, Ilyas. Florianópolis: UFSC, 2017.

3 Adubação verde : ferramenta da agroecologia. Letícia Filipini, Renata Rodrigues Lucas, Anne Elise Stratton. Florianópolis, SC : Cepagro, 2021.

AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS



O trabalho com meninos e meninas é um dos fundamentos da promoção da Agroecologia na região de Montes de María, na Colômbia. Numa parceria entre organizações da sociedade civil e escolas locais, a transição agroecológica é trabalhada nas unidades educativas com um enfoque territorial. Mais de 700 iniciativas agroecológicas já foram mapeadas no país, que está em processo de implementação da Política Pública de Agroecologia.

A CAMINHADA DA AGROECOLOGIA NA REAF

Formalmente instituída pelo Mercosul em 2004, a REAF incorporou a temática da Agroecologia à sua agenda em 2013, dentro do GT Adaptação às Mudanças Climáticas. Ao longo dos anos, a discussão sobre Agroecologia foi ganhando corpo e, hoje, é tema imprescindível no debate sobre a adaptação e mitigação dos efeitos da crise climática no contexto da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena. Como um dos principais espaços de diálogo entre sociedade civil e representantes de governo no Mercosul, ao incorporar a Agroecologia à sua agenda, a REAF tem cada vez mais relevância na construção de políticas públicas que dêem suporte à transição para sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis.

2013

INCORPORAÇÃO DA AGROECOLOGIA À AGENDA DA REAF

Durante a **XX Plenária da REAF** em Caracas, na Venezuela, a Agroecologia entra na agenda do Grupo Temático para Adaptação às Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos a partir da Declaração de Nyéléni-Mali sobre Agroecologia, elaborada por movimentos do campo, comunidades tradicionais, povos indígenas, pescadores/as artesanais e jovens.

2015

PRIMEIRAS RECOMENDAÇÕES



O **Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe**, realizado em Brasília, no Brasil, e organizado conjuntamente entre FAO e governo brasileiro, reuniu movimentos sociais, acadêmicos, representantes de governos e organizações internacionais, que elaboraram **18 recomendações** para promover políticas públicas de Agroecologia e soberania alimentar, assegurando a participação ampla de movimentos sociais e da sociedade civil, além da formulação de marcos legais e garantia de orçamento para a execução destas políticas públicas. Além disso, lançou a proposta de incluir a Agroecologia na agenda da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e criar um grupo de trabalho específico na REAF.

2016 AMPLIAÇÃO DAS PAUTAS



Realizado em La Paz, na Bolívia, o **II Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe** resultou de uma ampla articulação regional, envolvendo FAO, REAF, Aliança pela Soberania dos Povos da América Latina e Caribe e a CELAC, além do governo boliviano. Além de sugerir a construção de uma agenda regional de trabalho para avançar no que já fora pleiteado, a Declaração Final do evento trouxe como inovações a relevância da agricultura urbana na promoção da segurança alimentar; a necessidade de formular e implementar políticas públicas e marcos legais desde e para os territórios, garantindo e ampliando a participação de povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres.

2020 APROFUNDANDO A DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em meio à pandemia de COVID-19, o **Seminário "Políticas Públicas e Agroecologia na Agricultura Familiar"**, foi realizado de forma online durante a Presidência Pró-tempore (PPT) do Uruguai da XXIII REAF e em conjunto com a COPROFAM, FAO e FIDA. Teve o objetivo de revisar e trocar experiências sobre políticas públicas de Agroecologia no Mercosul Ampliado e fortalecer o diálogo político sobre desafios e estratégias de avanço em colaboração com atores-chave nestes processos: organizações de agricultura familiar, governos, academia, FAO, FIDA e PNUD. Em 2020 também estrutura-se o Grupo de Trabalho de Agroecologia, com uma agenda de trabalho articulada com o FIDA e a FAO.

2021 INÍCIO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE AGROECOLOGIA (CAG) NA REAF

A partir do Grupo de Trabalho, estabeleceu-se a **Comissão de Agroecologia da REAF**, refletindo a crescente relevância da temática e os avanços na construção de políticas públicas nos países membros do Mercosul. Além da realização do **Seminário Internacional "Agroecologia: Desafios da Produção, Distribuição e Consumo na AFCI"**, em 2021 também foram feitos os primeiros levantamentos sobre marcos regulatórios, programas e políticas públicas, linhas de financiamento, educação e capacitação em Agroecologia e certificação participativa no âmbito da REAF.

2022 FORTALECIMENTO DA COMISSÃO DE AGROECOLOGIA COM FIDA E FAO



Durante a PPT do Paraguai, a Comissão de Agroecologia da REAF estabelece um **acordo de cooperação técnica com FIDA e FAO** para estruturar um Plano de Trabalho prevendo mapeamento e capacitações em políticas públicas, geração de evidências científicas sobre Agroecologia, além de intercâmbios e troca de experiências em certificação participativa e transição agroecológica.

2023 CONSOLIDAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES EM AGROECOLOGIA



Um primeiro levantamento de políticas públicas e marcos normativos realizado numa cooperação entre REAF e FIDA é lançado durante a PPT da Argentina. Na XXXIX Plenária da REAF no Brasil, cujo eixo central foi o papel crucial da AFCI na transformação de sistemas agroalimentares e da Agroecologia como estratégia frente à crise climática, os países membros consolidam uma lista de 8 recomendações - o documento **BASES DA AGROECOLOGIA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCOSUL** - sobre políticas públicas de fomento, financiamento, comercialização, SPG, bioinsumos, sementes, acesso à terra, dentre outras temática.

2024 INTERCÂMBIOS E TROCA DE SABERES PARA CONCRETIZAR RECOMENDAÇÕES





Em 2024, além do levantamento da REAF/ FIDA sobre políticas públicas, a COPROFAM também lançou, durante a PPT do Uruguai, um diagnóstico de marcos normativos e políticas públicas para promover a Agroecologia no Mercosul. Todo este material colabora na construção de um **Programa Regional de Intercâmbio em Agroecologia,** a ser realizado a partir de 2025 numa cooperação técnica entre REAF, FIDA, FAO e o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO/ Brasil), marcando a 2ª metade da Década da Agricultura Familiar da FAO/ONU.

NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE

A consolidação da Agroecologia na agenda da REAF e a realização de um Programa Regional de Intercâmbio com esta temática refletem uma caminhada dos movimentos sociais, redes e organizações do campo agroecológico da América Latina que, desde os anos 1980, vêm compartilhando e trocando experiências para avançar na construção de um projeto político pautado pela soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos. Uma das principais instâncias de articulação dessas forças sociais é o **MAELA - Movimento Agroecológico Latinoamericano** -, que reúne mais de 150 organizações de agricultores/as camponeses/as, indígenas, familiares, de consumidores/as, ONGs, movimentos e redes de Agroecologia, instituições de educação e universidades. Atualmente, o MAELA representa uma das principais expressões políticas dos movimentos agroecológicos em nível continental, pautando uma visão da Agroecologia que combina aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais, elementos indispensáveis em um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável.











AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MERCOSUL AMPLIADO: um panorama[1]

Todos os países do Mercosul Ampliado possuem políticas públicas específicas para a Agroecologia, produção orgânica ou agricultura sustentável, em diferentes estágios de implementação.

Para esta publicação, identificamos 103 políticas públicas, programas e marcos regulatórios voltados ou relacionados à produção agroecológica e à AFCI na Bolívia, no Brasil, no Chile, na Colômbia, no Paraguai e no Uruguai.

O mapeamento dessas políticas foi realizado por meio de questionários, revisão bibliográfica e dois webinars para apresentação e troca de experiências.

LEGENDA

POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E MARCOS REGULATÓRIOS MAPEADOS

POLÍTICA PÚBLICA VIGENTE

BOLÍVIA — 17

Lei Nº 3525 de Regulação e Promoção da Procução Agropecuária e Florestal Ecológica (2006)

PARAGUAI — 12

Estratégia Nacional para o Fomento à Produção Orgânica e Agroecológica do Paraguay e Plano Nacional Concertado de Fomento à Produção Orgânica e Agroecológica

CHILE — 20

Estratégia INDAP 2023-2030 por uma Agricultura Familiar Camponesa e Indígena mais sustentável, inclusiva e resiliente e Programa de Trasição à Agricultura Sustentável (TAS), do INDAP - Ministério da Agricultura

COLÔMBIA — 8

Política Pública de Agroecologia (2024)

BRASIL — 31

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2024-2027)

URUGUAI — 15

Lei 19.717 de Agroecologia (2018) e Plano Nacional para Fomento à Produção de Base Agroecológica (PNA)

1 Com informações do *Diagnóstico de los marcos normativos, políticas públicas vigentes y recomendaciones de propuestas para promover la Agroecología en los países del Mercosur (COPROFAM, 2024)* e do *Documento de trabajo: Hacia la conformación de una agenda de Agroecología en la REAF(Centro Cooperativista Uruguayo/FIDA/REAF).*

QUAIS TEMAS ABRANGEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E MARCOS REGULATÓRIOS IDENTIFICADOS?

A Agroecologia vai além da produção de alimentos saudáveis em harmonia com a natureza, sendo transversal a outras políticas, assim como é atravessada por diversos temas. ***Neste levantamento, organizamos as 103 políticas públicas mapeadas em 14 categorias.***



ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

- Plano Nacional de Assistência Integral, Técnica, Tecnológica e de Pesquisa (Colômbia)
- Programa de Formação em ATER para Assentamentos da Reforma Agrária e Contribuições para Agenda 2030 (Brasil)
- Programa de Transição à Agricultura Sustentável (Chile)

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

- Plano Nacional de Agroecologia (Uruguai)
- Lei Nº 144 – Lei de Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária (Bolívia)
- Projeto Baraúnas dos Sertões (Brasil)

DISPOSITIVOS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

- Programa de Apoio à Comercialização (Chile)
- Mercados de Bairro (Uruguai)
- Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Brasil)

ENSINO E PESQUISA

- Senda Agroecológica (Uruguai)
- Programa Agroresidência (Brasil)
- Convênio SENCE-INDAP (Chile)

FINANCIAMENTO E CRÉDITOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Agroecologia (Brasil)
- Programa de Apoio Financeiro à Transição Agroecológica (Brasil)
- Fundo de Apoio à Produção Agroecológica (Bolívia)
- Programa de Transição à Agricultura Sustentável (TAS) (Chile)

GARANTIR A DISPONIBILIDADE E O ACESSO SEGURO À TERRA, AOS TERRITÓRIOS E À ÁGUA

- Programa Nacional de Regularização Fundiária e Acesso à Água para Agroecologia (Brasil)
- Convênio “Terras vivas” e “Terras Jovens” (Chile, em construção)
- Lei Nº 3545 - Lei de Recondução Comunitária da Reforma Agraria
- (Bolívia, não implementada)

NORMAS PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BIOINSUMOS

- Lei Nº 21.349/2021 - Composição, rotulagem e comercialização de fertilizantes e bioestimulantes; Resoluções Isentas 1557 e 6725 (Chile)
- Resolução Ministerial Nº 132/2020 – Regulamenta a Produção e Uso de Bioinsumos (Bolívia)
- Programa Nacional de Bioinsumos Agroecológicos (Brasil)

PROMOÇÃO E ESCALONAMENTO DA AGROECOLOGIA

- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil)
- Plano Nacional de Agroecologia (Uruguai)
- Estratégia Nacional de Agroecologia (Bolívia)
- Programa Nacional de Florestas Produtivas (Brasil)

PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

- Programa de Mulheres Rurais (Chile)
- Plano Nacional de Gênero nas Políticas Agropecuárias (Uruguai)
- Lei Nº 5446/2015 - Políticas Públicas para Mulheres Rurais (Paraguai)

RESGATE, CONSERVAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E ACESSO DE SEMENTES NATIVAS E CRIOULAS, MUDAS E RAÇAS ANIMAIS ADAPTADAS

- Programa Nacional de Bancos Comunitários de Sementes Crioulas e Biodiversidade (Brasil)
- Lei Nº 144 - Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária (Bolívia)
- Lei 6286/2019 de Defesa, restauração e promoção da agricultura familiar camponesa (Paraguai)
- Rede de Bancos de Germoplasma - Instituto de Pesquisa Agropecuária - INIA (Chile)

VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E SABERES REGIONAIS

- Lei Nº 300 – Lei Marco da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para o Bem Viver (Bolívia)
- Estratégia Nacional de Soberania para a Segurança Alimentar (Chile)
- Decreto 5897/2021 - Plano Nacional dos Povos Indígenas (Paraguai)

SEGURO CLIMA E COLHEITA

- Seguro paramétrico agropecuário (Colômbia)
- Seguro Agrícola INDAP (Chile)
- Seguro Agrário Municipal (Bolívia)

SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPG) OU EQUIVALENTES

- Sistema de Certificação de primeira parte (Chile)
- Lei 3.481/2008 de Fomento e Controle da Produção Orgânica e Decreto 4577/10 (Paraguai)
- Lei 10.831/2003 - Lei dos Orgânicos (Brasil)

VALORIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTOS DE MULHERES E JOVENS

- PRONAF Mulher (Brasil)
- Planos Regionais de Juventudes Rurais (Chile)
- Plano Nacional de Gênero nas Políticas Agropecuárias (Uruguai)

QUANTIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS MAPEADAS POR CATEGORIA[1]



PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O AVANÇO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA



1 Há políticas públicas que atravessam mais de uma categoria. A lista completa encontra-se no Anexo 1.

COMO ESTAMOS NA CONSTRUÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA NO MERCOSUL AMPLIADO?

As políticas públicas para a Agroecologia na América do Sul têm avançado nos últimos anos, com um crescente reconhecimento da Agroecologia nos planos estratégicos dos governos. Entretanto, os países ainda enfrentam obstáculos na implementação dessas políticas, tais como: falta de financiamento, descontinuidades por mudanças de governo, dependência de financiamentos externos. **Vejamos em que estágio se encontram as principais políticas públicas vigentes nos países do Mercosul Ampliado:**

BOLÍVIA	Estratégia Nacional de Agroecologia (ENA) 2025-2035	Em processo de construção, validação e aprovação	
BRASIL	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO (2023)	Em execução	
CHILE	Estratégia INDAP 2023-2030 por una Agricultura Familiar Campesina e Indígena mais sustentável, inclusiva e resiliente.	Totalmente implementada	
	Programa Transição para a Agricultura Sustentável (TAS)	Em execução	
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia (2024)	Regulamentada, mas não implementada	
PARAGUAI	Estratégia Nacional de Fomento à Produção Orgânica e Agroecológica (2008)	Início de implementação	
	Plano Nacional Concertado da Produção Orgânica e Agroecológica (2012)	Início de implementação	
	Programa Nacional Orgânico (2021)	Em processo de aprovação ministerial	
URUGUAI	Plano Nacional de Fomento à Produção com Bases Agroecológicas - PNA (2022)	Em execução	



Produção de alimentos orgânicos no Assentamento Chapadinha, região Centro-Oeste do Brasil. Com 455 hectares e 41 famílias agricultoras morando e trabalhando ali, o assentamento é referência em reforma agrária com foco em Agroecologia. A produção abastece escolas e refeitórios de escolas técnicas da região, através de programas de compras públicas e de abastecimento do governo brasileiro.

ESTUDOS DE CASO E BOAS PRÁTICAS EM AGROECOLOGIA NO MERCOSUL AMPLIADO

Nesta seção, aprofundamos o mapeamento de políticas públicas e marcos legais para Agroecologia no Mercosul Ampliado, trazendo também exemplos de boas práticas na implementação destes. As informações foram obtidas com os pontos focais de Agroecologia de cada país na REAF, por meio de questionários, pesquisa bibliográfica e apresentações em dois webinars que contaram com a participação de representantes dos governos e da sociedade civil.

Adotamos a definição de "**BOAS PRÁTICAS**" conforme conceituada pela FAO: ***"Uma boa prática é uma prática que não é apenas boa, mas uma prática que comprovadamente funciona bem e produz bons resultados, sendo, portanto, recomendada como um modelo. É uma experiência bem-sucedida que foi testada e validada no sentido amplo, que foi repetida e merece ser repetida e compartilhada para que um número maior de pessoas possa adotá-la"[1].***

O QUE CARACTERIZA UMA "BOA PRÁTICA"?

- Bons resultados alcançados e comprovados;
- Sustentabilidade ambiental, econômica e social;
- Considera questões de gênero;
- Tecnicamente viável;
- Resultado de um processo participativo;
- Replicável e adaptável.

1 Good practices at FAO: Experience capitalization for continuous learning. FAO, setembro de 2013.



A AFCI produz mais de 90% dos alimentos da cesta básica na Bolívia. Mais de 7.600 famílias dedicam-se à produção de alimentos ecológicos no país, que atualmente tem 68 Sistemas Participativos de Garantia vigentes. A produção agroecológica também é incentivada nas zonas urbanas e periurbanas (foto).

BOLÍVIA

Com cerca de 720 mil unidades produtivas vinculadas à Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena, o setor produz mais de 90% dos 39 produtos da cesta básica, entre hortaliças, tubérculos e frutas. O primeiro marco legal específico para a produção orgânica na Bolívia foi o Decreto Supremo nº 28.558 de 2005, que estabeleceu o **Sistema Nacional de Controle da Produção Orgânica**. No ano seguinte, foi aprovada a **Lei nº 3.525, de Regulamentação e Promoção da Produção Agrícola e Florestal Ecológica Não Madeireira**. A **Estratégia Nacional de Agroecologia**, que vigorará de 2025 a 2035, está atualmente sendo desenvolvida, validada e aprovada.

Dentro da estrutura governamental, o Ministério do Desenvolvimento Rural e Terras (MDRyT), por meio da **Unidade Nacional de Coordenação da Produção Orgânica (UC-CNAPE),** é responsável por promover a produção agroecológica na Bolívia. A promoção da produção agroecológica boliviana também conta com o apoio e a participação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, associações de produtores, fundações, universidades e agências de cooperação internacional.

BOLÍVIA EM NÚMEROS

Área: 1.098.581 km²

População: 12,3 milhões

Agricultura familiar, camponesa e indígena: 720 mil unidades produtivas (2020)

Produção e certificação orgânica: 68 SPGs vigentes, com 7.680 famílias certificadas em 83 municípios.

1 Dados de 2020 da COPROFAM, disponíveis em https://coprofam.org/2020/11/03/6-pilares-fundamentais-para-o-desenvolvimento-da-agricultura-familiar-na-bolivia/

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA

LEI Nº 3525 - REGULAMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL ECOLÓGICA NÃO MADEIREIRA (2006)

Principais objetivos:

- Regular e promover a produção orgânica na Bolívia.
- Estabelecer mecanismos de certificação ecológica.
- Criar incentivos para produtores agroecológicos.
- Divulgação e conhecimento da lei entre produtores e consumidores.
- Gerenciar a alocação de recursos estatais por meio de programas para competir em igualdade de condições com o modelo agroindustrial convencional, que recebe mais apoio estatal.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ENA) 2025-2035

Principais objetivos:

- Gestão de financiamento e apoio técnico aos produtores agroecológicos.
- Reduzir a pressão do agronegócio e o uso de OGM que dificultam a expansão da Agroecologia.
- Promover acesso a mercados diferenciados que valorizam e pagam mais pelos produtos agroecológicos.
- Promover maior conscientização e capacitação dos produtores e conscientização dos consumidores.

EM CONSTRUÇÃO

APROVADA, MAS NÃO REGULAMENTADA OU IMPLEMENTADA

EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

OUTRAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E MARCOS NORMATIVOS

Lei n.º 1715 - Lei do Serviço Nacional de Reforma Agrária (1996)
Lei n.º 3545 - Lei de Recondução Comunitária da Reforma Agrária (2006)
Lei n.º 3481 – Acesso das mulheres à propriedade da terra (2006)
Lei n.º 070 de Educação “Avelino Siñani - Elizardo Pérez” (2010)
Lei n.º 144 – Lei da Revolução Produtiva Agrícola Comunitária (2011)
Resolução Ministerial n.º 020 – Sistema Participativo de Garantia (SPG) (2012)
Lei nº 300 - Lei Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para Bem Viver (2012)
Lei n.º 243 – Lei contra o assédio e a violência política contra as mulheres (2012)
Lei nº 348 – Lei Complementar para Garantir à Mulher uma Vida Livre de Violência (2013)
Lei n.º 338 sobre Organizações Econômicas Camponesas, Indígenas e Nativas
Programa Nacional de Saberes Ancestrais para a Soberania Alimentar (2019)
Fundo de Apoio à Produção Agroecológica (FONAPROA, 2020)
Resolução Ministerial n.º 132/2020 – Regulamento de Produção e Utilização de Bioinsumos
Seguro Agrícola Municipal (Projetos Piloto em Municípios)
Programa Nacional de Inovação Agrícola e Florestal (INIAF)

SPG: FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA NA BOLÍVIA

Um dos avanços na Bolívia é o reconhecimento oficial do Sistema Participativo de Garantia (SPG) e sua integração às políticas públicas de fomento à Agroecologia. Com base na confiança mútua e na verificação entre agricultores/as, os SPGs são apresentados como uma **alternativa ao sistema de certificação convencional, reduzindo custos, fortalecendo redes agroecológicas locais, promovendo a autonomia** das famílias agricultoras e construindo a confiança do consumidor, representando uma ferramenta estratégica para a expansão da Agroecologia no país.

Desde 2006, os SPG são legalmente reconhecidos pela Lei nº 3.525, que regulamenta e promove a produção agrícola e florestal orgânica não madeireira. Em nível nacional, sua implementação foi fortalecida desde 2012 com a Resolução Ministerial nº 020. A Unidade de Coordenação do Conselho Nacional da Produção Orgânica (UC-CNAPE) é responsável por credenciar o SPG e autorizar o uso do selo correspondente, inclusive para produtos em transição, que garante sua qualidade e autenticidade.



Nos territórios, a certificação participativa é resultado da colaboração entre ONGs, fundações, governos locais e associações de camponeses. Alguns municípios apoiaram sua implementação e o reconhecimento do SPG em feiras e mercados locais. Atualmente, **7.680 famílias de agricultores/as certificam sua produção por meio de 68 SPGs credenciados em 83 municípios**. Outros **54 estão em processo de regulamentação, com a meta de certificar mais de 6.000 famílias**. Para atingir esse objetivo e continuar expandindo a certificação participativa, é necessário maior apoio governamental para consolidar o SPG como modelo oficial de acreditação agroecológica.

OUTRAS BOAS PRÁTICAS

AOPEB - ASSOCIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES ECOLÓGICOS DA BOLÍVIA



Oficialmente reconhecida desde 1993, a AOPEB representa 64 organizações afiliadas que reúnem cerca de 52.000 produtores orgânicos em 77 municípios dos 9 departamentos do país. O seu objetivo é apoiar os produtores biológicos no desenvolvimento de uma agricultura respeitadora do ambiente e na utilização sustentável da biodiversidade, respeitando as normas nacionais e internacionais, bem como a sabedoria andino-amazônica. Como associação sem fins lucrativos, trabalha em projetos, serviços e representação eficiente para promover e desenvolver uma produção biológica sustentável, economicamente rentável, socialmente justa, ambientalmente correta e culturalmente aceitável. Os seus princípios incluem a produção ecológica, a soberania alimentar, a economia solidária e o respeito pela vida e pela natureza. Os seus valores fundamentais são o compromisso, a integridade, a solidariedade, o trabalho em equipe e a equidade.

CIOEC - COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS CAMPONESAS DA BOLÍVIA



Criada em 1991, a CIOEC BOLÍVIA tem como objetivo articular e representar as organizações econômicas camponesas e comunitárias (OECCOM) do país. Desempenha um papel fundamental na promoção de modelos de desenvolvimento produtivo com identidade cultural, equidade social e sustentabilidade ambiental, com base nos princípios da economia plural e solidária. Sua trajetória e experiência a posicionam como um ator-chave na construção e implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e indígena, a partir de uma perspetiva integral e inclusiva. Por meio da Lei nº 338, a CIOEC é credenciada como um dos órgãos representativos em nível nacional para a formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas. No âmbito da REAF Mercosul, a CIOEC Bolívia contribuiu para o debate e a defesa da agroecologia, destacando a sua importância estratégica para a soberania alimentar, a resiliência climática e a revitalização dos conhecimentos ancestrais.

FEIRAS AGROECOLÓGICAS E MERCADOS CAMPONESES



Em várias regiões da Bolívia, **as feiras e os mercados promovem a venda direta de alimentos frescos, sem intermediários entre agricultores/as e consumidores/as**, o que garante preços justos e aumenta o acesso a alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável, especialmente por pequenos agricultores e comunidades indígenas. Existem mercados organizados por associações de produtores e feiras municipais e departamentais. Para promover o consumo de alimentos biológicos, o Vice-Ministério do Desenvolvimento Agrário organiza as **Feiras "Do Campo à Panela"** e instituiu o dia 21 de novembro como o **"Dia Nacional do Consumo de Alimentos Biológicos para o Bem Viver"**, promovendo a realização de feiras com o objetivo de oferecer à população alimentos biológicos a um preço e peso justos.

PLATAFORMA NACIONAL DE SOLOS



Criada em 1993, a Plataforma Nacional de Solos reúne 56 instituições, tais como organizações de produtores, ONGs, fundações, grupos de consumidores, instituições acadêmicas e agentes públicos. **A Plataforma conecta diferentes atores para promover a transição para sistemas alimentares agroecológicos na Agricultura Familiar Camponesa e Indígena**, colaborando no desenvolvimento de políticas públicas, como a Estratégia Nacional de Agroecologia. A Plataforma compartilha experiências, formações, pesquisas e publicações sobre manejo e conservação agroecológica do solo, alcançando **melhorias na fertilidade e na produção agrícola, reduzindo os impactos do uso de insumos químicos nas comunidades rurais e fortalecendo o conhecimento local para o cuidado dos sistemas de suporte à vida.** Na foto, uma visita de campo para troca de experiências no departamento de Cochabamba.



A Agricultura Familiar, Camponesa, Indígena e Quilombola produz cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira. Na foto, família agricultora do Assentamento Chapadinha, região Centro-Oeste do país, com sua produção agroecológica.

BRASIL

É a Agricultura Familiar, Camponesa, Indígena e Quilombola que produz cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos mais de 200 milhões de brasileiros/as. Boa parte desta produção ainda é realizada no chamado modelo convencional, utilizando agrotóxicos - o Brasil, aliás, há anos figura no topo do ranking dos maiores consumidores de veneno do mundo, principalmente nos cultivos para exportação. Por outro lado, a produção orgânica e a Agroecologia continuam crescendo no Brasil. O Cadastro Nacional de **Produtores Orgânicos** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CNPO-MAPA) conta com **mais de 25 mil registros** de famílias agricultoras. Políticas públicas têm destaque regional e os movimentos e sociedade civil participam ativamente na construção e implementação delas.

Neste levantamento, **mapeamos 31 políticas públicas e programas para Agroecologia no Brasil**, sendo a **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)** a principal referência. Um dos instrumentos de implementação da PNAPO é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), elaborado na **Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)**, que tem participação paritária de governo e sociedade civil e propõe diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do Plano.

BRASIL EM NÚMEROS

Área: 8.510.417 km²

População: 212,5 milhões

Agricultura familiar, camponesa e indígena: 77% dos estabelecimentos agrícolas, empregando 10 milhões de pessoas

Produção e certificação orgânica: 25.100 produtores certificados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos

No movimento agroecológico, organizações da agricultura familiar e camponesa, indígenas, quilombolas, feministas, redes territoriais, além dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA) reúnem-se na **Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)**, **a "rede das redes" agroecológicas no Brasil.**

Além de promover periodicamente os **Encontros Nacionais de Agroecologia,** a ANA representa um forte vetor de incidência por políticas públicas, tendo participação fundamental, por exemplo, na criação de instrumentos de apoio público a redes agroecológicas, como o **Programa Ecoforte**, que abordamos a seguir.

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA

POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PNAPO)

Objetivos: integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

O **PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA** é o principal instrumento de execução da PNAPO, com previsão de realizar 197 iniciativas em quatro anos (2023-2027), nos eixos: Produção; Uso e Conservação da Agrobiodiversidade e da Natureza; Construção do Conhecimento e Comunicação; Comercialização e Consumo; Terra e Território; Sociobiodiversidade e Saúde e Cuidados com a Vida para fomentar a transição agroecológica e a produção orgânica e de base agroecológica visando à segurança e soberania alimentar e nutricional, à segurança hídrica e ao uso sustentável dos recursos naturais.

OUTRAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E MARCOS NORMATIVOS



Foram mapeadas ainda outras **30 políticas públicas e programas em diferentes estágios de implementação**, conforme consta na tabela a seguir:

- **EM CONSTRUÇÃO**
- **APROVADA, MAS NÃO REGULAMENTADA OU IMPLEMENTADA**
- **EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO**

Edital "Da Terra à Mesa"
Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos - Pronara
Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento - PAFE
Programa de Apoio ao Acesso à Terra e ao Território e à Proteção Socioterritorial de Povos e Comunidades Tradicionais – Programa Território Tradicional
Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
Projeto Bioeconomia das Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Agricultura Familiar
Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras indígenas - PNGATI
Programa Mosarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra.
Quintais produtivos das Mulheres Rurais
PRONAF Mulher
PRONAF Jovem
PRONAF Agroecologia
Programa ATER + Digital
Programa de Apoio Financeiro à Transição Agroecológica (PAF Agroecológico)
Projeto Extensão Rural e Agroecologia - ERA
Programa de Formação em ATER para Assentamentos da Reforma Agrária - PROFOR-EXT
Formação de Extensionistas e Agentes de ATER para a cadeia de valor da Bioeconomia Amazônica
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)
Apoios à instalação e manutenção de Núcleos de Estudos em Agroecologia - NEAs em instituições de ensino superior
Programa Agroresidência
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
Projeto Baraúnas dos Sertões
Programa Nacional de Formação e Pesquisa em Agroecologia (PRONAPE)
Programa Nacional de Apoio à Comercialização Agroecológica (PROCOM Agroecológico)
Programa Nacional de Fortalecimento da Certificação Participativa (PNCP Agroecológico)
Programa Nacional de Bioinsumos Agroecológicos (PNB Agroecológico)
Programa Nacional de Bancos Comunitários de Sementes Crioulas e Biodiversidade (PNBSCB)
Programa Nacional de Regularização Fundiária e Acesso à Água para Agroecologia (PNRFA Agroecológico)
Programa de Garantia da Atividade Agroecológica (PROAGROECOLÓGICO)

PROGRAMA ECOFORTE: FORTALECENDO E EXPANDINDO REDES

O Programa de Fortalecimento e Ampliação de Redes de Agroecologia e Produção Orgânica - ECOFORTE - integra a PNAPO com o objetivo de **fortalecer e expandir redes de Agroecologia, extrativismo e produção orgânica em todos os biomas brasileiros**. Desenvolvido por meio de parceria entre Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Secretaria-Geral da Presidência da República, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Banco do Brasil (FBB), o Ecoforte, **apoia financeiramente projetos de:**

- **Fortalecimento e expansão de redes**, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas voltadas à Agroecologia, à sociobiodiversidade, ao extrativismo e à produção orgânica;
- **Ampliação da produção** e fornecimento de alimentos e produtos saudáveis;
- **Promoção da transição agroecológica** e da resiliência dos ecossistemas;
- **Geração de autonomia** social e econômica para famílias agricultoras, assentadas e povos e comunidades tradicionais.

Os projetos precisam **envolver no mínimo três organizações produtivas** da agricultura familiar, priorizando redes envolvendo **povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e outros grupos tradicionais, além de mulheres e jovens.** Devem prever também a capacitação de beneficiários/as em temas como equidade de gênero, direitos e cidadania, além de **estratégias para inserção produtiva de mulheres e jovens.**

Para o ciclo 2025/2027, o programa prevê **R$ 100 milhões em investimentos**, oriundos do BNDES e FBB, com a perspectiva de **apoiar até 40 redes agroecológicas**. Dentre os **fatores de sucesso** verificados até o momento, avalia-se que a articulação de iniciativas em redes fomenta múltiplos processos de territorialização, impulsionando dinâmicas sociais e transições para a Agroecologia em diferentes escalas. Ao **conectar-se com outras políticas públicas** - como os programas de compras públicas, assistência técnica e extensão rural, linhas de crédito - o **Ecoforte potencializa os investimentos nos territórios**, mostrando a eficiência do uso dos recursos públicos ao apoiar redes.

A expansão do Ecoforte para mais territórios e redes depara-se com **desafios** como: a garantia de continuidade do financiamento público para redes agroecológicas; dificuldades na mobilização e organização social nos territórios; desigualdades regionais; bem como questões de logística e transporte.

PROGRAMA ECOFORTE EM NÚMEROS

EDITAL ECOFORTE	Nº DE PROJETOS	BENEFI-CIÁRIOS
Extrativismo 2014	10	12.984
Extrativismo 2016	23	6.114
Redes 2014	28	24.129
Redes 2017	21	8.880
Totais	**82**	**52.107**

Em edições anteriores, o ECOFORTE apoiou 82 projetos de iniciativas e redes agroecológicas, entre associações, sindicatos e federações, cooperativas, grupos de mulheres, agroindústrias, SPG, feiras, bancos de sementes, além da implantação de milhares de unidades de referência em práticas agroecológicas, que beneficiaram diretamente mais de 50 mil pessoas em todas as regiões brasileiras. Assim, **o programa tem sido fundamental para o escalonamento da produção agroecológica no Brasil e para ampliar o acesso dos pequenos produtores aos mercados de produtos agroecológicos.**















OUTRAS BOAS PRÁTICAS

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)[1]





Povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, são públicos prioritários do PAA, tanto para aquisição quanto para distribuição de alimentos. Nas fotos, as agricultoras Sueli de Oliveira, do Quilombo Dona Bilina, no Rio de Janeiro (dir.) e Irma Benite, da comunidade guarani Tekoá Vy'á, em Santa Catarina (esq.), colhem e preparam alimentos para entregar no PAA.

Criado em 2003, o PAA combina objetivos de segurança alimentar e nutricional e agrícolas, ao buscar **ampliar o acesso à alimentação saudável e incentivar a produção da Agricultura Familiar.** No PAA, o Governo Federal, principalmente por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), **compra alimentos diretamente de agricultores/as familiares e faz a doação a famílias de baixa renda,** entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. As propostas encaminhadas ao PAA devem ter no mínimo 50% de participação feminina e priorizam-se projetos agroecológicos e orgânicos, assim como de comunidades indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais (PCTs) e assentados da reforma agrária. O controle social do PAA é feito pelos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais.

Após a redução drástica do orçamento nacional do programa ocorrida no governo anterior, o PAA foi retomado **em 2023 e destinou cerca de R$ 1 bilhão em recursos públicos para a aquisição de mais de 163 mil toneladas de alimentos produzidos por 81.707 agricultores/as familiares - sendo mais de 50 mil mulheres.** O Programa foi fundamental para reduzir os índices alarmantes de insegurança alimentar no Brasil: enquanto em 2022 havia 17,2 milhões de brasileiros e brasileiras passando fome, em 2024 eram 2,5 milhões, uma queda de 85%, de acordo com o Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (SOFI 2024).

1 Com informações da Agência Brasil e do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)



Família Cognacco, de Santa Catarina, pioneira em acessar o PRONAF Agroecologia no estado.

Instituído em 1995, o PRONAF disponibiliza **financiamento em bancos públicos para agricultores/as familiares** para custeio e investimentos na produção agrícola, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

Atualmente, o PRONAF divide-se em 10 subprogramas, incluindo o PRONAF Agroecologia, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem e PRONAF Floresta. O PRONAF Agroecologia oferece até R$ 250 mil em crédito a juros reduzidos (3% ao ano para investimento e 2% para custeio) para agricultores/as investirem em **sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos,** incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. Já o PRONAF Floresta disponibiliza crédito para agricultores/as familiares implementarem **sistemas agroflorestais,** promoverem a conservação e o manejo sustentável de recursos naturais, além de fomentar a **recuperação de áreas degradadas e o enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada**. No âmbito da inclusão produtiva, o PRONAF Mulher disponibiliza até R$ 15 mil e o PRONAF Jovem até R$ 8 mil, com taxa de juros de 0,5% ao ano e prazo de pagamento de 3 anos.

PRONAF EM NÚMEROS[2]
JAN 2023 A ABR 2025

SUBPROGRAMA	Nº DE CONTRATOS	VALOR EM R$
PRONAF Agroecologia	215	9.632.768,24
PRONAF Florestas	3.718	137.793.721,66
PRONAF Jovem	21	306.218,91
PRONAF Mulher	3.561	101.422.679,00

2 Relatório de Crédito Rural Crédito Concedido, Banco Central do Brasil.

QUINTAIS PRODUTIVOS DAS MULHERES RURAIS

A atuação histórica dos movimentos da Via Campesina (MST, MMC, MPA, MAB), é fundamental na mobilização do programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais.



Frequentemente manejados por mulheres, os **quintais produtivos são espaços ao redor das casas voltados à produção de alimentos e plantas medicinais para autoconsumo, troca e eventual comercialização**. Historicamente desvalorizados e considerados "miudezas", os quintais passaram a ser reconhecidos por sua **relevância na segurança alimentar, nutricional e geração de renda,** graças à atuação de organizações da sociedade civil, universidades e movimentos feministas. Uma das ferramentas fundamentais nesse processo foram as Cadernetas Agroecológicas[3], que permitem às mulheres registrar o destino de sua produção (consumo, venda, troca ou doação), evidenciando seu valor econômico e promovendo reflexões sobre as relações de gênero no campo.

A Marcha das Margaridas, uma das maiores mobilizações de mulheres do campo, das florestas e das águas na América Latina, incluiu o tema em sua pauta entregue ao Governo Federal em 2023. Como resposta, foi criado o **Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais, coordenado pelo MDA, MDS e BNDES, com a meta de implantar 90 mil quintais até 2026**. A execução ocorre por meio da contratação de organizações da sociedade civil em cada uma das regiões, que operacionalizam a compra de insumos e equipamentos, além de prover assistência técnica, inclusive com o uso das cadernetas.

Neste primeiro ciclo (2023-2025), **7.210 agricultoras (principalmente do Nordeste) foram atendidas** com hortas, irrigação, energia solar, cisternas, reuso de água, biodigestores, agroflorestas, apicultura e criação de animais, somando **R$ 68 milhões em investimentos.**

1 As Cadernetas Agroecológicas foram desenvolvidas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA/ZM, organização de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil.



A AFCI é um ator-chave tanto para a transformação de sistemas agroalimentares quanto para a preservação do patrimônio cultural material e imaterial dos povos. Na foto, família agricultora da comuna de Camiña, região de Tarapacá, norte do Chile, território integrante do projeto Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Nacional (SIPAN).

CHILE

A partir do **legado das comunidades indígenas e camponesas na construção de sistemas agrícolas sustentáveis,** o movimento agroecológico no Chile articula-se desde os anos 1980 por meio de organizações da sociedade civil, camponesas e profissionais, bem como de universidades e centros de pesquisa que promovem a Agroecologia. Um dos marcos dessa jornada, que contou com a participação da Associação Chilena de Agricultores Orgânicos (AOCH) e a Tierra Viva AG, foi a aprovação, em 2005, da Lei 20.089, que criou o **Sistema Nacional de Certificação de Produtos Agrícolas Orgânicos.** Entre 2016 e 2017, foi fundada a **Mesa de Agroecologia da AFCI**, proporcionando um diálogo direto entre os movimentos sociais e o INDAP, bem como a Federação Chilena de Agroecologia e Consumo Responsável (FEDAECH).

Atualmente, a referência para as políticas públicas de Agroecologia no Chile é a **Estratégia INDAP "Por uma Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena mais inclusiva, sustentável e resiliente",** em vigor de 2023 a 2030, precedida pela Política Nacional de Desenvolvimento Rural (2014) e pela Estratégia Nacional de Soberania da Segurança Alimentar (2023). Um dos instrumentos para a implementação da Estratégia 2023-2030 é o Programa de Transição para a Agricultura Sustentável (TAS) e a criação de planos regionais de sustentabilidade e transição agroecológica por meio do INDAP.

CHILE EM NÚMEROS

Área: 756 950 km²

População: 19,6 milhões

Agricultura familiar, camponesa e indígena: com 207 mil usuários cadastrados no INDAP, a AFCI produz 54% das hortaliças e 40% do trigo, milho e batata do Chile.

Apesar desses avanços, ainda faltam políticas públicas específicas para a Agroecologia no Chile, principalmente de médio a longo prazo (mais de dois anos), que facilitem o acesso ao financiamento para agricultores/as que desejam adotar práticas agroecológicas e a capacitação em sustentabilidade para os profissionais associados ao AFCI. Outros desafios incluem a integração limitada da AFCI nos mercados e a erosão do tecido social nas comunidades rurais.

Neste levantamento, identificamos **20 políticas públicas** voltadas para a Agroecologia ou que contemplam ações para produção agroecológica. Vejamos as principais e seu estágio de implementação.

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA

ESTRATÉGIA INDAP 2023-2030 POR UMA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E INDÍGENA MAIS SUSTENTÁVEL, INCLUSIVA E RESILIENTE

Objetivos: Promover uma Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena mais inclusiva, sustentável e resiliente, que garanta soberania e segurança alimentar e nutricional e impulsione a conservação e preservação do meio ambiente e o desenvolvimento e permanência do mundo rural e camponês.

Eixos estratégicos:

- Agricultura sustentável e resiliente: produzir mais e melhor com menor impacto ambiental;
- Mercados inclusivos: AFCI mais integrada e melhor posicionada nos mercados;
- Transformação Participativa e Associativa: juntas e juntos, transformar o mundo rural e camponês;
- Fortalecimento e modernização do INDAP: um INDAP fortalecido, que promova o protagonismo da AFCI.



OUTRAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E MARCOS NORMATIVOS

EM CONSTRUÇÃO

APROVADA, MAS NÃO REGULAMENTADA OU IMPLEMENTADA

EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Programa de Transição para Agricultura Sustentável (TAS)
Programa de Mulheres Rurais (Convênio INDAP - PRODEMU)
Programa de Autoconsumo - MIDESO
SIPAN e SIPAM
Planos Regionais de Sustentabilidade e Transição Agroecológica - INDAP
Mesas de Mulheres Rurais
Programa “Meu Primeiro Negócio Rural”
Política Nacional de Juventudes Rurais
Planos Regionais para a Juventude Rural
Mercados Camponeses
Lei Nº 21.349/2021 - Composição, rotulagem e comercialização de fertilizantes e bioestimulantes; Resoluções Isentas 1557 e 6725
Seguro agrícola
Estratégia Nacional de Soberania para a Segurança Alimentar
Programa do Sistema de Incentivos à Sustentabilidade Agroambiental de Solos Agrícolas (SIRSD-S)
Convênio SENCE-INDAP
Programa de Apoio à Comercialização
Sistema de certificação orgânica de primeira parte
Convênio "Terras Vivas" e “Terras Jovens”
Programas de assistência técnica dependentes de entidades executoras do INDAP

PROGRAMA DE TRANSIÇÃO PARA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL (TAS)

Assessoria técnica especializada, capacitação e incentivos econômicos: estes são os instrumentos centrais do **Programa de Transição para Agricultura Sustentável (TAS)**, do INDAP, parte da Estratégia INDAP 2023–2030. Seu objetivo é **aumentar a proporção de agricultores/as — especialmente jovens e mulheres rurais — que adotam práticas agroecológicas, promovendo a conservação de recursos, a resiliência climática e a segurança alimentar e nutricional**.

A implementação do TAS começa com um diagnóstico da propriedade rural, que embasa o desenvolvimento de **um plano de transição agroecológica de dois anos**. O diagnóstico e o plano norteiam a solicitação de incentivos econômicos, que são: no primeiro ano, $ 450 mil para aquisição de insumos e ferramentas; e no segundo, até $ 2 milhões para investimentos maiores. O **programa oferece assessoria técnica** adaptada ao plano de transição de cada agricultor, com suporte técnico personalizado e treinamento em grupo realizados pelo Instituto de Pesquisa Agrícola (INIA) em temas como solos, água, biodiversidade, manejo de pragas e ervas daninhas, projeto e gestão de propriedades e comercialização.

Como **resultados**, o Programa TAS já atendeu 1.002 agricultores/as nas 16 regiões do Chile, com assistência técnica e extensão rural com enfoque agroecológico para diversificar a produção e reduzir a dependência de insumos externos. Também foram firmados 364 projetos de investimento, financiando infraestrutura e equipamentos para a transição agroecológica. Os **fatores de sucesso** do programa incluem sua coordenação interinstitucional e os diagnósticos para o desenvolvimento de planos de trabalho. Os **principais desafios** são ampliar o escopo do Programa e institucionalizá-lo, para que permeie outros programas de extensão do INDAP, além de gerar dados para orientar ações futuras.

Na primeira foto, agricultora da Região Metropolitana de Santiago e beneficiária do Programa TAS. À direita, 'Oficina de práticas agroecológicas' com agricultores/as da região de Coquimbo, ao norte do país, como parte do Programa TAS.





OUTRAS BOAS PRÁTICAS

REDE DE MERCADOS CAMPONESES

A Rede de Mercados Camponeses é uma iniciativa do Programa de Apoio à Comercialização do INDAP que visa **consolidar e dar visibilidade a feiras de agricultores/as, promovendo a venda direta da produção da AFCI a consumidores/as urbanos/as sob uma identidade visual comum.** Isso assegura qualidade e frescor a preços justos para ambas as partes.



Os Mercados Campesinos podem ser instalados em diferentes formatos: ao ar livre, em áreas cobertas ou construções sólidas, com estandes permanentes ou móveis. A operação pode ocorrer durante todo o ano, em períodos específicos ou datas comemorativas, com frequência variada (semanal, mensal, etc.). **A administração é realizada pelos próprios produtores, que estabelecem acordos formalizados em regulamentos internos**. Os participantes devem ser usuários credenciados do INDAP, frequentemente apoiados por programas de assessoria técnica. Os produtos oferecidos incluem itens frescos (hortaliças, frutas), processados (queijos, mel) e artesanatos.



O financiamento provém do INDAP e, ocasionalmente, de outras entidades públicas ou privadas, com apoio frequente de prefeituras locais. Desde sua implementação, a **Rede tem fortalecido a comercialização direta e colaborado para a segurança e soberania alimentar**, além de desenvolver redes locais e diversificar estratégias comerciais para famílias agricultoras. Atualmente, há **mais de 200 feiras da Rede em diversas regiões do Chile**, refletindo o sucesso da iniciativa em aumentar a renda dos produtores e oferecer produtos de qualidade aos consumidores.

REDE DE SISTEMAS IMPORTANTES DO PATRIMÔNIO AGRÍCOLA NACIONAL E MUNDIAL (SIPANM)



Artesã parte da Rede SIPAM, arquipélago de Chiloé, Región de Los Lagos. O artesanato é uma parte importante da tradição e da multifuncionalidade dos habitantes de Chiloé. A tecelagem e a cestaria geralmente são praticadas e ensinadas ao longo das gerações pelas mulheres.

De acordo com a FAO, os **Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) são "comunidades que baseiam seus meios de subsistência e sua segurança alimentar na estreita relação com o meio ambiente"**[1]. Os SIPAM abrigam agrobiodiversidade, conhecimentos tradicionais e paisagens culturais de valor inestimável. O Programa SIPAM da FAO já designou 89 sistemas em 28 países, representando uma ferramenta de salvaguarda e fomento da agricultura patrimonial.

No Chile, o conceito SIPAM é implementado por meio da **Rede de Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Nacional e Mundial (SIPANM)**, articulada pelo Ministério da Agricultura (ODEPA/INDAP) com apoio da FAO e do Fundo Global para o Meio Ambiente. A Rede SIPANM **busca reconhecer, proteger e valorizar territórios agrícolas únicos, por meio do resgate, salvaguarda e valorização do patrimônio alimentar biocultural nos diferentes territórios do país**; promoção de intercâmbios de experiências; formações em práticas agroecológicas; apoio à comercialização e turismo rural. A Rede organiza-se em comitês regionais e locais que reúnem setor público, organizações da sociedade civil, facilitando a governança participativa e a implementação de estratégias de salvaguarda nos territórios reconhecidos.

Dados de 2020 apontam que **mais de 3 mil agricultores/as de etnias Aymara, Quechua e Mapuche de 150 localidades integram a Rede SIPANM**[2]. Combinando conhecimentos tradicionais, práticas agrícolas ancestrais e aprendizados na Agroecologia, os SIPANM apresentam soluções para a resiliência na agricultura, fortalecem a identidade cultural, promovem o turismo sustentável e contribuem para a economia local.

1 https://www.fao.org/giahs/es

2 https://coprofam.org/wp-content/uploads/2020/12/Agricultura-sostenible-en-Chile-Red-Sipan.pdf

FARÓIS AGROECOLÓGICOS



Jovens rurais da região da Araucanía visitam o farol agroecológico de Newen Folle, na comuna de Vilcún. A Araucanía caracteriza-se pela agricultura de pequena escala e com várias iniciativas agroecológicas, o que em parte explica a presença de 87 faróis agroecológicos na região.

Os Faróis Agroecológicos são **unidades produtivas que funcionam como espaços de demonstração, educação e intercâmbio entre pares, iluminando o caminho em direção a uma agricultura sustentável e resiliente.** Focados na produção de alimentos saudáveis, de base agroecológica, que permitam a adaptação às mudanças climáticas, eles são um modelo que o INDAP busca promover nacionalmente para incentivar práticas agrícolas sustentáveis. Os Faróis fazem parte dos Planos Regionais de Sustentabilidade do INDAP e contam com o apoio de profissionais do INDAP e extensionistas dos programas de extensão.

Os Faróis oferecem treinamento, trocas de conhecimento e pesquisa participativa em Agroecologia e práticas de gestão sustentável. O INDAP planeja implementar pelo menos quatro faróis em cada uma das 16 regiões do Chile. Na Araucanía, porém, a meta já foi superada, com 87 faróis brilhando na região, além de 64 em Los Lagos e 15 em Coquimbo. Em Los Rios existem 2 faróis agroecológicos e 2 propriedades-piloto de pecuária regenerativa. Os **impactos** incluem a valorização do conhecimento local, a adoção de práticas agroecológicas, o reforço da segurança alimentar e a conservação do ambiente, bem como o aumento da capacidade de adaptação das comunidades rurais face às alterações climáticas.



Pelo trabalho de mãos camponesas, indígenas e afro-colombianas, a Agroecologia cultiva saúde e esperança em territórios afetados pelo conflito armado na Colômbia. Na foto, a agricultora Celmira González, do departamento de Cauca, participante do projeto Raíces: Mujeres sembradoras del cambio, implementado pela colaboração entre Governo Nacional, Agência de Cooperação Coreana na Colômbia (KOICA), ONU Mulheres e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

COLÔMBIA

A Política Pública de Agroecologia na Colômbia é recente, de 2024. Alguns de seus antecedentes são: o Programa Nacional de Transferência de Tecnologia Agropecuária (PRONATTA), de 1995, que tinha como objetivos apoiar a transferência de conhecimento da agricultura orgânica e incentivar o desenvolvimento de projetos rurais. Em 2002, a Resolução 74 do Ministério da Agricultura estabelece as bases para certificação de produtos ecológicos; em 2006, a Resolução 0187 define "sistema de produção ecológica" como aquele que promove a produção agrícola de forma saudável e segura, ambiental, social e economicamente, e assume os termos ecológico, orgânico ou biológico como sinônimos[1].

Se a institucionalização da Agroecologia tem pouco tempo, é de longa data a caminhada de movimentos e organizações camponesas, indígenas e comunitárias na construção de projetos de soberania e segurança alimentar e nutricional, proteção de ecossistemas e recursos naturais, reconhecimento de conhecimentos tradicionais, acesso à terra e defesa de direitos que têm na Agroecologia sua principal estratégia. Projetos de ONGs e pastorais eclesiásticas também têm enfoque predominantemente agroecológico. Neste cenário, em 2023 foi estabelecida a Comissão Nacional Conjunta para Assuntos Camponeses (CMNAC),

1 Política Pública de Agroecologia

COLÔMBIA EM NÚMEROS

Área: 1.142.000 km²

População: 53,4 milhões

Agricultura familiar, camponesa e indígena: 8.383 agricultores/as auto-declarados/as como Agricultura Camponesa, Familiar, Étnica e Comunitária (ACFEC), mas estima-se que cerca de 1,4 milhão de unidades produtivas enquadram-se nesta categoria.

que reúne representantes de ministérios e de organizações da base para articular políticas públicas, financiamentos e promover direitos da Agricultura Camponesa, Familiar, Étnica e Comunitária (ACFEC). Para a implementação da Política Pública de 2024, está prevista a conformação da **Mesa Nacional de Agroecologia** para planejar e acompanhar o desenvolvimento dos programas. Atualmente, um **mapeamento do Ministério da Agricultura identifica 704 iniciativas agroecológicas no país, que atendem mais de 86 mil famílias.**

Neste levantamento, identificamos **8 políticas públicas voltadas para a Agroecologia** ou que contemplam ações para produção agroecológica. Vejamos as principais e seu estágio de implementação.

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA

POLÍTICA PÚBLICA DE AGROECOLOGIA

Objetivos: impulsionar a Agroecologia como pilar da transformação agrícola sustentável, enfrentar a degradação do solo, perda de biodiversidade e vulnerabilidade dos sistemas tradicionais; promover a transição de modelos industriais para práticas regenerativas, integrando conhecimentos tradicionais e agroecológicos; valorizar e fortalecer iniciativas locais, especialmente de comunidades indígenas e rurais. Suas diretrizes incluem a conservação da agrobiodiversidade, o fortalecimento dos sistemas de conhecimento e a sustentabilidade da produção de alimentos.

EM CONSTRUÇÃO

APROVADA, MAS NÃO REGULAMENTADA OU IMPLEMENTADA

EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

OUTRAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E MARCOS NORMATIVOS

Resolução 0464 de 2017 - Diretrizes estratégicas para a política pública de Agricultura Camponesa, Familiar e Comunitária
Plano Nacional de Desenvolvimento "Colômbia, potência mundial da vida"
Lei 731 de 2002 - 'Lei da Mulher Rural'
Decreto 2.145 de 2017 - "Plano de Revisão, Avaliação e Monitoramento de programas e leis que beneficiam as mulheres rurais"
Mesa Nacional de Agroecologia
Plano Nacional de Assistência Técnica, Tecnológica e Promoção Integral da Pesquisa
Seguro paramétrico agrícola

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA (APPA)

O departamento de Antioquia abriga grande riqueza natural e cultural, mas foi marcado pelo conflito armado na Colômbia, o que influenciou sua dinâmica social, econômica e ambiental. Nesse contexto, surgiram as **Áreas de Proteção Ambiental Participativa (APPA), espaços-chave para a conservação dos ecossistemas e biodiversidade, o fortalecimento da Agroecologia e o fomento à participação e resiliência comunitárias**. Essas áreas buscam garantir o direito humano à alimentação e promover práticas sustentáveis. As APPAs, apoiadas pelo Artigo 65 da Constituição e criadas no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento, são designadas pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) com apoio técnico da Unidade de Planificação Rural Agropecuária (UPRA). O motor local da Agroecologia é o trabalho coletivo de organizações camponesas que, por meio de redes e associações, influenciam políticas públicas, defendem direitos e promovem modelos alternativos de desenvolvimento. Essa coordenação foi essencial para abordar os efeitos do conflito e construir a paz desde a base.

O planejamento agrícola, que integra cultivos diversos, rotação de solo e gestão ecológica da água, é essencial para otimizar recursos e reduzir a dependência de insumos externos. Assim, **a transição agroecológica soma-se à energética**, com biodigestores e sistemas de aproveitamento de água da chuva, reduzindo os impactos ambientais e fortalecendo a autonomia camponesa.

A **soberania alimentar** é outro pilar fundamental, com a conservação de sementes nativas e crioulas protegendo a biodiversidade, sem depender de monoculturas. Além disso, a piscicultura integrada com outras culturas melhora a alimentação e o equilíbrio ecológico.



OUTRAS BOAS PRÁTICAS

PROCESSOS AGROECOLÓGICOS EM MONTES DE MARÍA





Os processos agroecológicos em Montes de María, região norte da Colômbia, são **liderados principalmente por mulheres** que, organizadas em associações, restauram a floresta, garantem a segurança alimentar e resistem ao modelo extrativista e patriarcal. Essas iniciativas nasceram em um **contexto marcado por conflitos armados e expansão de monoculturas** (teca e dendê), que causaram desapropriação de terras, degradação ambiental, deslocamento forçado e perda de biodiversidade e restrição do acesso a recursos hídricos. As **comunidades rurais, especialmente as mulheres, resistem a estes processos conservando sementes nativas e promovendo práticas agroecológicas**. Entre suas iniciativas estão:

- **Viveiros comunitários**, onde plantam árvores nativas, plantas medicinais, hortaliças e frutas, buscando restaurar o ecossistema e gerar renda local. Elas também adaptam espécies não nativas, uma tarefa historicamente realizada por mulheres.
- **Associação de Mulheres Rurais Unidas**, dedicada a culturas tradicionais como mandioca, milho, inhame e feijão, conservação de sementes, produção de alimentos e sobremesas para feiras locais e troca de sementes entre comunidades.
- **Processamento de produtos** a partir de alimentos tradicionais, aliando autonomia econômica com recuperação cultural.
- **Conservação de sementes** por meio de bancos de sementes nativas e crioulas, em resistência à uniformidade das monoculturas.
- **Agroecologia para as crianças**, que as envolve no cultivo e cuidado da terra, garantindo a renovação geracional e promovendo a paz territorial a partir de uma perspectiva agroecológica.

Essas práticas não apenas restauram ecossistemas, mas também empoderam as mulheres como guardiãs do território e sua biodiversidade, assim como construtoras de sua soberania alimentar.

ESCOLAS AGROECOLÓGICAS



A educação agroecológica na Colômbia é desenvolvida principalmente por iniciativas da sociedade civil e de organizações não governamentais, nas chamadas **Escolas Agroecológicas**. As Escolas baseiam-se na **valorização de conhecimentos tradicionais para alavancar novos aprendizados, compartilhados e construídos coletivamente em trocas de experiências e intercâmbios**. Utilizando metodologias como campesino-campesino; jogos; encontros presenciais e virtuais; pesquisa-ação participativa e mutirões, as Escolas fortalecem a Agroecologia localmente enquanto geram oportunidades tanto para jovens como para adultos. Para além de aspectos técnicos de cultivo, as Escuelas promovem também treinamento de lideranças para incidência política nos territórios, além de colaborar para o resgate e conservação de sementes, saberes e sabores. O Ministério da Agricultura já mapeou **104 escolas em 28 departamentos**, demonstrando sua importância estratégica para difundir, expandir e territorializar a Agroecologia na Colômbia. Na foto, Escola Campesina Agroecológica da organização Corambiente, Santander.





REDE DE MERCADOS AGROECOLÓGICOS CAMPONESES DO VALE DO CAUCA (REDMAC)

Fundada em 2009, esta Rede agrupa **14 iniciativas de mercados camponeses agroecológicos** do Vale do Cauca em seus processos de produção, transformação, comercialização e influência política nos níveis local, regional e nacional. Cerca de **300 famílias e 60 organizações de base** tecem a Rede, que também articula um **Sistema Participativo de Garantia** baseado em princípios como: consciência do/a agricultor/a, confiança do/a consumidor/a e conhecimento mútuo. Para garantir o controle de qualidade e a confiança, são oferecidas visitas às propriedades rurais, para que consumidores/as possam conhecer e valorizar o trabalho de famílias camponesas, indígenas e afrodescendentes que cultivam alimentos limpos e saudáveis em harmonia com a natureza.



Cerca de 80% do que alimenta a população paraguaia é produzido pela AFCI. Na foto, a agricultora Saturnina Vera, líder da comunidade indígena Ka'aty Miri São Francisco, Capiíbary, departamento de São Pedro, participante do projeto Pobreza, Reforestación, Energía y Cambio Climático (PROEZA), implementado pelo Governo do Paraguai em cooperação técnica com a FAO.

PARAGUAI

Cruzando dados do Banco Mundial[1] e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG)[2] do Paraguai, verificamos que, em 2021, 76% das terras cultiváveis do país (4,734 milhões de hectares) estavam ocupadas com soja (3,64 milhões de hectares), destinada sobretudo à exportação. Com cada vez menos terras e ainda convivendo com a contaminação por agrotóxicos, esgotamento dos solos e dos recursos hídricos, a **Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena resiste produzindo mais de 80%, ou 11 dos 19 alimentos importantes para a dieta das famílias paraguaias**[3].

Esta resistência está enraizada na luta e no trabalho de movimentos sociais, federações camponesas, ONGs e associações de produtores. A parceria entre setor público e a sociedade civil organizada caracteriza o avanço da Agroecologia no Paraguai. Exemplo disso é a **Estratégia Nacional de Fomento à Produção Orgânica e Agroecológica** (2008), construída em cooperação técnica MAG, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e ONG Alter Vida. A elaboração, em 2012, do **Plano Nacional Concertado de Fomento à Produção Orgânica e Agroecológica** contou com acompanhamento e assessoria do IICA e da Organização Intereclesial para a Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO).

1 Disponíveis em https://datos.bancomundial.org/indicator/, indicador TIERRAS CULTIVABLES (hectareas)

2 Síntesis Estadísticas De los 16 principales cultivos Año agrícola 2020/2021, MAG/Paraguay.

3 Resenha de Agricultura Familiar, FAO, 2021.

PARAGUAI EM NÚMEROS

Área: 406.752 km²

População: 7 milhões

Agricultura familiar, camponesa e indígena: 259.188 propriedade de agricultura familiar, 12.694 agricultores/as com certificação orgânica, 25.614 agricultores/as agroecológicos/as - Dados de AECID/Fundación ETEA/Alter Vida (2021)

A Estratégia é de longo prazo (10 anos) e o Plano é de 5 anos; ambos já foram aprovados e começam a ser implementados, impulsionados pela criação da Unidade de Gestão da Produção Orgânica e Agroecológica (UGPOA). Essa implementação começa com a construção de uma linha de base para a agricultura orgânica e agroecológica no Paraguai, trabalho realizado em cooperação com a FAO.

O **Programa Nacional Orgânico**, política mais recente para Agroecologia no Paraguai, foi apresentado em 2022 ao Vice-ministério da Agricultura, mas ainda não foi aprovado nesta instância. Com a criação, em 2024, da Unidade de Gestão da Produção Orgânica e Agroecológica (UGPOA) e a inclusão da Agroecologia no Plano Estratégico do MAG, espera-se mais apoio governamental, sobretudo com dotações orçamentárias, para que as políticas públicas sejam efetivamente executadas no campo.

Neste levantamento, identificamos **12 políticas públicas** para Agroecologia e Produção Orgânica no Paraguai. Vejamos quais são e seus estágios de implementação.

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA NO PARAGUAI (2008)

Objetivos: Envolve ações em 6 eixos estratégicos: Mercados; Tecnologia e Inovação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Incentivos e Financiamento; Fortalecimento Institucional.

PLANO NACIONAL CONCERTADO PARA O FOMENTO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA (2012)

Objetivos: Visa desenvolver competitivamente o setor orgânico a partir de 7 áreas estratégicas: Desenvolvimento do mercado nacional; Posicionamento em mercados regionais e internacionais; Pesquisa, desenvolvimento e inovação; Desenvolvimento organizacional; Gestão da informação e do conhecimento; Incentivos e Financiamento; Fortalecimento institucional.

EM CONSTRUÇÃO

APROVADA, MAS NÃO REGULAMENTADA OU IMPLEMENTADA

EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

OUTRAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E MARCOS NORMATIVOS

Programa Nacional Orgânico - PNO 2021
Lei nº 5446/2015 - Políticas Públicas para Mulheres Rurais
Decreto 3678/20 - Regulamenta a Lei nº 5446/2015 - Políticas Públicas para Mulheres Rurais
Crédito Agrícola de Habilitação - Produtos financeiros para mulheres e jovens rurais
PROEZA - Projeto Pobreza, Reflorestamento, Energia e Mudanças Climáticas (PROEZA)
Decreto 5897/2021 - Plano Nacional Dos Povos Indígenas
Resolução MAG Nº 323/2024 - Cria a Unidade de Gestão da Produção Orgânica e Agroecológica (UGPOA)
Lei 3.481/2008 de Fomento e Controle da Produção Orgânica e Decreto 4577/10
Comissão de Peritos em Produção Orgânica, criada no âmbito do MERCOSUL para promover o comércio de produtos orgânicos entre os Estados Partes
Lei 6286/2019 sobre a Defesa, Restauração e Promoção da Agricultura Familiar no Paraguai



APRO E O SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA





Acima, Encontro sobre SPGs promovido pela APRO em 2019, com a participação de representações de sete países latino-americanos

Fundada em 1999, a Associação de Produtores Orgânicos do Paraguai (APRO) reúne **mais de 400 famílias agricultoras** dos departamentos de Central, Cordillera, Paraguarí, Itapúa e San Pedro. Sua missão é melhorar a qualidade de vida dos associados por meio da produção e comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos, promovendo práticas sustentáveis que respeitam o meio ambiente, a saúde e a segurança alimentar. A partir de intercâmbios com a Rede Ecovida de Agroecologia (Brasil), a partir de 2012 se tornou o **primeiro SPG** a ser reconhecido no Paraguai. **Em 2024, chegaram a 425 propriedades certificadas, incluindo uma associação de produtores de erva mate orgânica e um grupo de feirantes**. A certificação participativa realizada pela APRO é feita em **parceria com o Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes (SENAVE)**, do Ministério da Agricultura. Abrange produtores/as agropecuários/as e processadores/as de alimentos (individuais ou coletivos), comerciantes de alimentos e comerciantes de insumos; cada um com procedimentos específicos. As famílias certificadas pela APRO produzem grãos, erva-mate, coco, frutas, raízes e tubérculos, hortaliças, cítricos, ervas medicinais e mel de abelha. **A comercialização dos produtos é realizada pela cooperativa ECOAGRO**, ligada à APRO, fundada com apoio da ONG Alter Vida. A ECOAGRO também disponibiliza crédito financeiro a associados. Dentre os **fatores de êxito** da APRO estão: capacitação constante, intercâmbios com outras organizações, prestar assessoria técnica e fornecer insumos a famílias agricultoras, garantia de compra da produção e estratégias de comunicação para divulgar o trabalho. Como **desafios**, estão: resistência cultural à mudança por parte de famílias agricultoras, falta de sementes orgânicas e falta de pessoal técnico especialista em diferentes áreas produtivas.

OUTRAS BOAS PRÁTICAS

PROJETO “DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL EM POPULAÇÕES RURAIS VULNERÁVEIS NA REGIÃO ORIENTAL DO PARAGUAI POR MEIO DE INICIATIVAS PRODUTIVAS INOVADORAS”







Realizado pela ONG Alter Vida e com apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Fundação ETEA e acompanhamento técnico do Comitê Técnico para a Promoção da Produção Orgânica (CTPPO/MAG), o projeto tem como objetivos: reforçar as capacidades dos técnicos e produtores; promover a produção sustentável e o desenvolvimento local nos Departamentos Guairá e Paraguarí; formar extensionistas e agricultores/as em produção orgânica e agroecológica; incidir em espaços de articulação de políticas públicas. Vigente desde fevereiro de 2024 e com duração de 2 anos, até o momento o **projeto já capacitou 51 extensionistas e 322 agricultores/as em temas como Solos, Biodiversidade, Controle Natural de Pragas e Mudanças Climáticas**. Na sequência, estes participantes prosseguem na reaplicação das práticas em comitês e feiras da AFCI. Avalia-se que o projeto tem **impacto** positivo principalmente entre as mulheres, que mostram-se entusiasmadas em implementar rapidamente as práticas, ainda que dependendo bastante de apoio de maridos ou filhos, o que torna-se um **desafio.** A institucionalização desta e de outras iniciativas agroecológicas dentro do MAG também representa um desafio, assim como manter a sustentabilidade das ações após o encerramento dos projetos, sobretudo na designação de orçamento e de equipe técnica com enfoque agroecológico.

PROGRAMA DE AGROECOLOGIA ONG ALTER VIDA



A ONG **Alter Vida** atua desde 1989 promovendo o desenvolvimento sustentável no Paraguai, com foco na justiça socioambiental e no bem-estar das comunidades, consolidando-se como referência em temas como Agroecologia, segurança alimentar, educação ambiental e saúde comunitária. Seu **Programa de Agroecologia** busca **fortalecer a produção orgânica e agroecológica**, articulando-se com organizações camponesas, escolas agrícolas, cooperativas e instituições públicas e privadas. Através de capacitações e assistência técnica, promove a transição agroecológica como estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, recuperação de solos, conservação de recursos naturais e fortalecimento da soberania alimentar. Além disso, promove **fortalecimento organizativo, apoio a SPGs, ecoturismo comunitário, monitoramento de contaminantes químicos, riscos dos OGMs, empoderamento de mulheres rurais e incidência em políticas públicas**. Os principais parceiros incluem a AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional), Fundação ETEA, Manos Unidas, CONACYT, Greengrant Fund, IPEN e OPS. Entre seus **resultados**, destacam-se a criação de redes de produção agroecológica, desenvolvimento de sistemas inteligentes para agricultura familiar, fortalecimento da economia rural, conscientização sobre o uso de agrotóxicos, e inserção de práticas sustentáveis em políticas públicas.



OUTRAS BOAS PRÁTICAS

PROJETO PROEZA





O Projeto PROEZA (Pobreza, Reforestación, Energía y Cambio Climático) tem como objetivo **promover resiliência climática e segurança alimentar junto a 17 mil famílias agricultoras** da região leste do Paraguai, por meio da implementação de sistemas agroflorestais e energias limpas. Realizado por uma articulação interministerial do governo paraguaio coordenada pelo Ministério de Economia e Finanças (MEF), tem assessoria técnica da FAO e financiamento do Green Climate Fund. A metodologia do projeto baseia-se em três componentes principais:

- **Plantando para o Futuro:** Apoia famílias em situação de pobreza com assistência técnica e financeira para estabelecer sistemas agroflorestais que conservam o solo, capturam CO^2, melhoram a segurança alimentar e geram renda. As famílias recebem transferências monetárias condicionadas à implementação bem-sucedida desses sistemas e fogões ecológicos, melhorando a qualidade de vida, especialmente das mulheres.
- **Paisagens Sustentáveis e Mercados Responsáveis:** Oferece créditos com condições vantajosas para investidores florestais, incentivando a produção florestal sustentável e a implementação do Plano Nacional de Reflorestamento.
- **Governança**: Fortalece instituições públicas como INFONA, MADES, MDS e VMME, com assistência técnica da FAO, promovendo ajustes legais e o desenvolvimento sustentável da bioenergia no Paraguai.

Até o momento, **mais de 1.400 famílias camponesas e indígenas participam do projeto**, abrangendo uma área de **1.200 hectares em 3 departamentos**: San Pedro, Curuguaty e Canindeyú. Para 2025 está prevista a participação de mais 5.600 famílias implantando sistemas agroflorestais, o que já tem contribuído para a segurança alimentar nos territórios, pela produção para autoconsumo de mandioca, milho, feijão, melancia, gergelim, batata, abóbora e abacaxi. Cerca de **80% dos/as participantes são mulheres.**



A intensa participação da sociedade civil organizada, especialmente na Red de Agroecología del Uruguay (RAU), caracteriza a elaboração e construção de políticas públicas para Agroecologia no país. Na foto, mobilização da RAU durante o processo de regulamentação do Plano Nacional de Agroecologia, aprovado no final de 2018

URUGUAI

O processo de construção de políticas públicas voltadas à Agroecologia no Uruguai é marcado pela **intensa participação da sociedade civil**. Desde os anos 1980, com a criação da Mesa de Agroecologia do Uruguai, pauta-se uma agricultura que conserve os recursos naturais e a saúde humana. Nos anos 1990, surgem a Sociedade de Consumidores de Produtos Biológicos (SCPB - 1992) e a Associação de Produtores Orgânicos do Uruguai (APODU - 1996), seguidas pela fundação da Rede de Agroecologia do Uruguai (2005) e da Rede Nacional de Sementes Crioulas e Nativas. Estes coletivos foram fundamentais na elaboração da **Lei 19.717/2018**, que criou a Comissão Honorária do **Plano Nacional para o Fomento da Produção com Bases Agroecológicas (PNA)**, composta por representantes da sociedade civil e do governo. O Plano está regulamentado pelo Decreto 159/2019 e sob responsabilidade do Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca (MGAP).

O histórico regulatório inclui ainda o Decreto 557/2008, que criou o **Sistema Nacional de Certificação da Produção Orgânica**, com regras para produção, certificação e comercialização de produtos orgânicos, além de reconhecer oficialmente o Sistema Participativo de Garantia (SPG). Em 2022, contudo, o Decreto 175 revogou esse reconhecimento, representando um retrocesso institucional. Ainda assim, o **SPG segue ativo graças à atuação da Rede de Agroecologia do Uruguai**.

Outras organizações, como a Rede de Hortas Comunitárias do Uruguai, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Rural (organismo de referência para a produção agrícola familiar no Uruguai) e a Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA) são centrais no avanço da Agroecologia frente a **desafios institucionais** como a ausência de orçamento específico no MGAP, carência de infraestrutura e de crédito, além de apoio técnico insuficiente à transição agroecológica. Isso tudo no **país que tem a maior proporção de terras manejadas com princípios da agricultura orgânica ou agroecológica** - cerca de 15% da área agricultável[1].

URUGUAI EM NÚMEROS

Área: 176.215 km²
População: 3,4 milhões
Agricultura familiar, camponesa e indígena: 27.642 agricultores/as familiares (2024) em 15.863 unidades produtivas.

Neste levantamento, identificamos **15 políticas para Agroecologia e Produção Orgânica** no Uruguai. Vejamos quais são e seus estágios de implementação.

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA

PLANO NACIONAL PARA O FOMENTO DA PRODUÇÃO COM BASES AGROECOLÓGICAS (PNA)

Objetivos: Promover e expandir sistemas de produção de base agroecológica, tendo como ponto de partida a agricultura familiar e suas organizações, bem como a produção da agricultura urbana e suburbana, com ênfase em gênero e gerações.
Eixos estratégicos:
Promoção e Desenvolvimento da Produção; Acesso, Distribuição e Consumidores; Recursos Genéticos; Formação, Pesquisa e Extensão; Comunicação e Divulgação.

OUTRAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E MARCOS NORMATIVOS

- Senda Agroecológica
- Programa Pecuária Sustentável
- Projeto "Policultivos Hortícolas"
- Plano Nacional de Gênero em Políticas Agropecuárias
- Comissão Honorária da Juventude Rural
- Plano Nacional de Produção Agropecuária Familiar
- Programa Nacional de Promoção da Consciência Agropecuária
- Mercados de Bairro
- Decreto 557/2008, revogado pelo Decreto 175/2022 - SPG
- Lei 20.212 del 17/11/2023 - Cria comissão do Plano Nacional de Bioinsumos (PNB)
- Lei 17.942/2006 - Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura
- Leis 17.503/2002, 17.844/2004 e 18.827/2011 - Fundo de Reconstrução e Fomento de Propriedades Rurais
- Lei 11.029/1948 - Instituto Nacional de Colonização
- Curso “Cultivar para Transformar”

EM CONSTRUÇÃO
APROVADA, MAS NÃO REGULAMENTADA OU IMPLEMENTADA
EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

1 Dados do Plan Nacional Para el Fomento de la Producción con Bases Agroecológicas, p. 5.

REDE DE AGROECOLOGIA DO URUGUAI E O SPG

O **Sistema Participativo de Garantia (SPG)** da Rede de Agroecologia do Uruguai (RAU) surgiu como resposta à **demanda por formas de certificação orgânica mais acessíveis e adaptadas à realidade da agricultura familiar**. Baseado na confiança mútua, transparência, participação coletiva e co-responsabilidade, o SPG propõe um modelo de certificação no qual os próprios agricultores/as, consumidores/as e equipes técnicas de organizações realizam a verificação da qualidade orgânica da produção. Inicialmente respaldado pelo Decreto 557/2008, que reconhecia legalmente o SPG no país, o sistema consolidou-se ao longo dos anos como um **instrumento de valorização da produção agroecológica e troca de experiências entre agricultores/as, consumidores/as e técnicos/as**.

Fundada em 2005, a Rede de Agroecologia do Uruguai articula agricultores/as, consumidores/as e organizações, sendo a principal responsável pela coordenação e articulação do SPG no Uruguai. A importância do SPG para a produção agroecológica torna-se mais evidente quando estes **deixam de ser reconhecidos oficialmente, com o Decreto 175/2022**, que revogou a normativa de 2008, representando **não só um retrocesso institucional como uma contradição, já que os SPGs são mencionados no Plano Nacional de Agroecologia**, em fase de implementação. Apesar disso, o SPG segue ativo, sustentado pelo trabalho voluntário da RAU, ainda que consideravelmente reduzido e sem validade para comercialização externa/indireta, como para supermercados.

Dados de 2020 mostram que **133 propriedades estavam certificadas pela RAU.** Na avaliação de participantes, o SPG reconhece e valoriza práticas agroecológicas em pequena escala, muitas vezes invisibilizadas pelo modelo de certificação tradicional, oneroso e distante da realidade da agricultura familiar. Além disso, promove circuitos curtos de comercialização e relações mais justas e conscientes de consumo. Seus **impactos** incluem o fortalecimento da soberania alimentar, maior visibilidade para a Agroecologia e o empoderamento de comunidades locais. A Rede integra a Comissão Honorária do PNA e em 2022 firmou convênio com a Direção Geral de Desenvolvimento Rural do MGAP para receber recursos financeiros para executar ações do PNA.





OUTRAS BOAS PRÁTICAS

PROGRAMAS DE PECUÁRIA SUSTENTÁVEL



O Uruguai é um destaque regional na pecuária, com a carne bovina representando parte significativa de suas exportações. No entanto, essa atividade também contribui de forma substancial para as emissões de gases de efeito estufa (GEE), como o metano (CH_4) emitido pelos ruminantes. Para reduzir o impacto ambiental da pecuária e aumentar a eficiência produtiva e a resiliência climática do setor, foi lançado em 2024 o **Programa Ganadería Sostenible**. Precedido pelo **Programa Ganaderia Familiar Resiliente**, de 2021, a iniciativa busca minimizar as emissões de GEE com a implementação de boas práticas de manejo e promover maior eficiência da produção sem expandir as áreas de pastagem ou desmatar novas áreas, tudo isso garantindo viabilidade econômica. As boas práticas produtivas incluem: rotação de pastagens, recuperação de solos degradados, uso de tecnologias de alimentação balanceada, integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), certificação de carne sustentável e assistência técnica para os produtores.

As iniciativas já em curso demonstram **resultados** como: melhora dos níveis de produção e renda dos produtores; proteção da biodiversidade das espécies de pastagens, ao evitar a seleção e o sobrepastoreio pelo gado; conservação do solo pelo aumento da cobertura vegetal; maior sequestro de carbono atmosférico pelo aumento da matéria orgânica do solo; melhorias no bem-estar animal. Em termos de impacto ambiental, espera-se uma significativa **redução das emissões de metano e CO^2**. As principais **dificuldades na sua implementação** são: as tecnologias de processo exigem mudanças culturais, que muitas vezes são as mais difíceis de implementar; falta de recursos financeiros para implantação de piquetes e sistemas de distribuição de água e sombra; além de lacunas em assistência técnica.

O Programa Ganadería Sostenible é financiado pelo fundo EUROCLIMA da União Europeia, com um investimento inicial de US$ 3 milhões. Envolve diversas instituições, como o Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca (MGAP), o Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria (INIA), o Instituto Plan Agropecuario (IPA), a Universidade da República, o Instituto Nacional de Carnes (INAC) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

REDE NACIONAL DE SEMENTES NATIVAS E CRIOULAS



A **Rede Nacional de Sementes Nativas e Crioulas** reúne mais de 350 agricultores/as em 250 propriedades familiares, tanto rurais quanto urbanas. Seu principal objetivo é **resgatar e valorizar variedades crioulas e nativas**, fortalecendo a soberania alimentar por meio da disponibilização de sementes para produção familiar, seja para autoconsumo ou para mercados locais. Fundada por grupos de agricultores/as e com o apoio da Faculdade de Agronomia da Universidade da República, a Rede baseia-se nos princípios de **autonomia, cooperação e respeito pela biodiversidade**.

Através da **criação de bancos de sementes e da realização de intercâmbios e feiras**, as famílias compartilham recursos fitogenéticos e conhecimentos, envolvendo tanto propriedades rurais voltadas para o mercado local quanto hortas urbanas para autoconsumo. Além de impactar diretamente a soberania e segurança alimentar, a Rede aborda questões transversais como **gênero e juventude**, com mulheres e jovens assumindo papéis de liderança em grupos locais e eventos, como as **Festas Nacionais de Sementes Nativas e Crioulas**, realizadas a cada dois anos, e os **Acampamentos Nacionais de Jovens pela Soberania Alimentar**.

A Rede mostra-se, assim, fundamental na resistência contra a erosão genética promovida pela agricultura industrial, promovendo **resiliência climática e autonomia** das famílias agricultoras/as, além de influenciar a construção de políticas públicas voltadas à Agroecologia no Uruguai. A Rede integra a Comissão Honorária do **Plano Nacional para o Fomento da Produção com Bases Agroecológicas (PNA)** e em 2024 firmou convênio com a Direção Geral de Desenvolvimento Rural do MGAP para receber recursos financeiros e executar ações do PNA.



Jovens reunidos no 4º Campamento Nacional de Jóvenes por la Soberanía Alimentaria, promovido pela Rede Nacional de Sementes Nativas e Crioulas.

CONVOCATÓRIA SENDA AGROECOLÓGICA



Atividades coletivas do projeto Senda Agroecológica.



Senda Agroecológica é uma iniciativa do Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca (MGAP) do Uruguai, por meio da sua Direção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), com financiamento do Banco Mundial. Seu objetivo é **promover a transição agroecológica, incentivando práticas agronômicas baseadas na ciência ecológica** para aumentar a sustentabilidade econômica, social e ambiental da produção agropecuária. A ação é voltada a agricultores/as familiares com pequenas e médias propriedades, organizados/as em torno dos **Agentes Territoriais de Desenvolvimento Rural (ATDR)** — entidades habilitadas pelo MGAP para apoiar processos de sensibilização, capacitação e difusão de conhecimentos técnicos.

A Senda Agroecológica é realizada por meio de **chamadas públicas a essas organizações para que apresentem propostas de transição**. O projeto conta com o apoio técnico de instituições como o Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria (INIA), a Universidade da República (UDELAR) e técnicos privados, que formam Comitês de Transição Agroecológica nos setores de pecuária, agricultura, horticultura e laticínios. Embora esta política tenha sido a mais significativa em termos de recursos para Agroecologia, ela precisará ser ajustada para incluir a participação da CHPNA em seu desenho e governança. Entre os **impactos** observados até o momento estão a consolidação de bases técnicas para a Agroecologia, a criação de indicadores de monitoramento e o fortalecimento de sistemas produtivos biodiversos, menos dependentes de insumos químicos e mais resilientes às mudanças climáticas.

RECOMENDAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR DESAFIOS E AVANÇAR COM SUSTENTABILIDADE

Se a Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (AFCI) e a Agroecologia exercem um papel primordial na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, assim como na adaptação, mitigação e resiliência climáticas dos povos e territórios, é fundamental que suas reivindicações sejam ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas e na alocação de recursos.

RECOMENDAÇÕES

PARTICIPAR NAS DISCUSSÕES E NA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS:

A AFCI NA AGENDA CLIMÁTICA GLOBAL

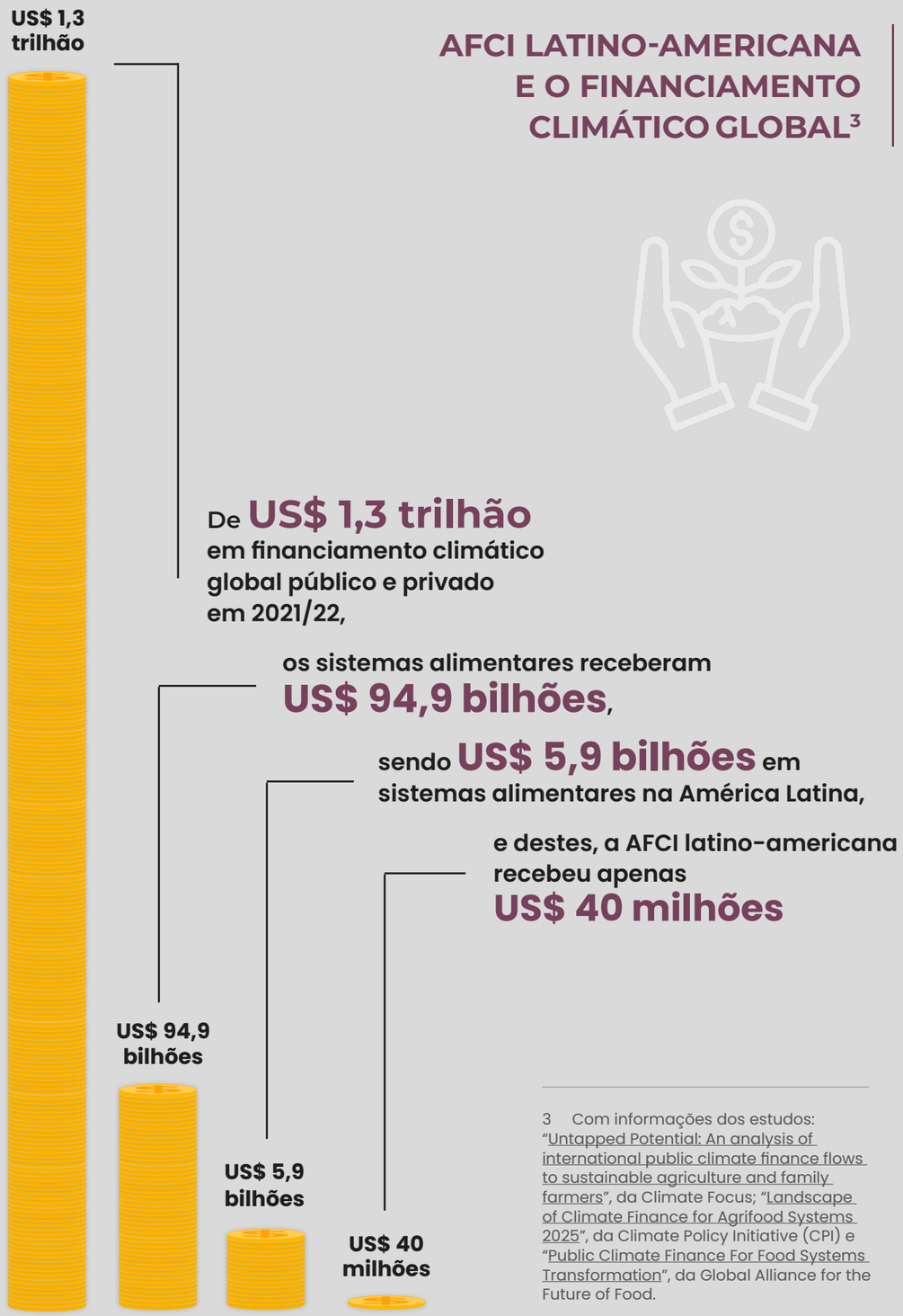
A realização da COP30 no Brasil representa uma oportunidade única para posicionar a Agroecologia como estratégia e a Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (AFCI) como agente primordial para adaptação e resiliência climáticas. Entretanto, o acesso do setor a recursos - sobretudo de financiamentos climáticos - ainda é inversamente proporcional ao seu enorme trabalho de produção de alimentos saudáveis aliado à conservação ambiental: apesar de ser responsável pela produção de um terço dos alimentos consumidos no mundo e de mais da metade do volume de oito culturas básicas (arroz, amendoim, mandioca, milho, trigo, batata, cevada e centeio), a AFCI recebeu apenas 0,3% do total de US$ 1,3 trilhão que circularam em financiamentos climáticos em 2021/2022. A disparidade na alocação de recursos agrava-se quando consideramos também a alta vulnerabilidade de agricultores/as familiares, camponeses/as, indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais frente a eventos climáticos extremos.

O FIDA calcula que **seriam necessários pelo menos US$ 75 bilhões anuais para diminuir essa brecha de desigualdade na alocação de recursos, movimento fundamental para resguardar a segurança alimentar em nível global**[1]. Além disso, considerando que sistemas alimentares correspondem a um terço das emissões globais de GEE[2], o apoio à agricultura sustentável é chave para adaptação, mitigação e resiliência climáticas. É fundamental, então, **posicionar a Agricultura Familiar e Agroecológica como destinatária dos "fundos verdes"** e, para isso, é necessário demonstrar, por meio de evidências e indicadores, que a **Agroecologia funciona**.

1 The $75 Billion Climate Finance Gap: An imperfect but important figure for small scale farmers.

2 Sistemas alimentares são responsáveis por mais de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa | FAO no Brasil

AFCI LATINO-AMERICANA E O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO GLOBAL[3]



De **US$ 1,3 trilhão**
em financiamento climático global público e privado em 2021/22,

os sistemas alimentares receberam **US$ 94,9 bilhões**,

sendo **US$ 5,9 bilhões** em sistemas alimentares na América Latina,

e destes, a AFCI latino-americana recebeu apenas **US$ 40 milhões**

3 Com informações dos estudos: "Untapped Potential: An analysis of international public climate finance flows to sustainable agriculture and family farmers", da Climate Focus; "Landscape of Climate Finance for Agrifood Systems 2025", da Climate Policy Initiative (CPI) e "Public Climate Finance For Food Systems Transformation", da Global Alliance for the Future of Food.

RECOMENDAÇÕES

MOSTRAR QUE A AGROECOLOGIA FUNCIONA:

CONSTRUÇÃO DE EVIDÊNCIAS PARA VISIBILIZAR, INCIDIR E MOBILIZAR



A FAO já aponta que "sistemas agroecológicos diversificados são mais resilientes - têm uma maior capacidade de se recuperar de perturbações, incluindo fenômenos climáticos extremos como a seca, as inundações ou os furacões, e para resistir ao ataque de pragas e doenças[1]". **Para avançar na conscientização de diversos atores** sobre a centralidade da Agroecologia para adaptação, mitigação e resiliência climáticas e, assim, **mobilizar recursos financeiros para uma agricultura mais sustentável, é fundamental construir indicadores e gerar evidências sobre seu impacto positivo.**

A Agrobiodiversidade cultivada e conservada pela Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena é um dos indicadores da resiliência dos sistemas agroalimentares agroecológicos e representa uma oportunidade de incidência na COP30 e em outras agendas climáticas. Nesse sentido, o Programa Regional de Agroecologia, junto com outras comissões da REAF, pautou a inclusão de um **indicador sobre Agrobiodiversidade** no conjunto de métricas sobre Agricultura que serão debatidas na COP30.

1 The 10 Elements Of Agroecology Guiding The Transition To Sustainable Food And Agricultural Systems. FAO, 2018.



UMA REDE LATINO-AMERICANA PARA A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE INDICADORES EM AGROECOLOGIA

Compreender, através de indicadores, os impactos sociais, ambientais e econômicos da Agroecologia: este é o principal objetivo do Projeto **Agroecologia na América Latina: construindo caminhos**, uma pesquisa-ação participativa desenvolvida desde 2020 por uma rede de 10 organizações em 7 países latino-americanos com a participação de mais de 450 famílias agricultoras. Por meio da coleta e sistematização de dados diretamente nas propriedades rurais, o projeto trabalha na construção de 11 indicadores ambientais, sociais e econômicos:

AMBIENTAL	SOCIAL	ECONÔMICO
• Agrobiodiversidade • Áreas naturais • Práticas agroecológicas	• Relações de gênero • Relações produção-consumo • Sucessão familiar • Acesso à tecnologia • Desafios para a transição agroecológica	• Tamanho das unidades agrícolas • Produção agroecológica • Canais de comercialização

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES:
Asociación de Productores Orgánicos - APRO (Paraguai), Asociación Vivamos Mejor (Guatemala), Cepagro (Brasil), Centro Campesino A. C. (México), CETAP (Brasil), Corporación Buen Ambiente - Corambiente (Colômbia), Movimento Mecenas da Vida (Brasil), Fundesyram (El Salvador), Movimiento de Economía Social y Solidaria del Ecuador (Equador), Red Tijtoca Nemiliztli (México).

RECOMENDAÇÕES

IDENTIFICAR DESAFIOS E CONSTRUIR ESTRATÉGIAS PARA ALÉM DA COP30

Há mais de uma década, a REAF vem elaborando recomendações formais para o avanço da Agroecologia nos países do Mercosul. Ao longo desses anos, diversas políticas públicas e programas foram construídos, sobretudo para promoção e escalonamento da Agroecologia, mas que ainda enfrentam desafios em sua implementação em nível nacional. Identificar e dialogar sobre esses entraves, tecendo coletivamente estratégias para superá-los em nível nacional e regional visando à incidência na COP30, foi um dos resultados do 1º Intercâmbio do Programa Regional de Agroecologia, realizado em Florianópolis, em abril de 2025.

A seguir, uma síntese do que foi debatido:

DESAFIO:
FINANCIAMENTO

faltam dotações orçamentárias para implementação das políticas.

✔ ESTRATÉGIAS:

- Fortalecer a REAF como espaço de construção e diálogo político para melhorar o desenho e propostas em políticas públicas;
- Visibilizar a Agroecologia como setor positivo para investimentos, inclusive com evidências, dados, indicadores;
- Alocar recursos para Agroecologia nas políticas climáticas nacionais, regionais e globais;
- Criação de fundos nacionais e regionais para agroecologia;
- Incluir a AFCI e a Agroecologia na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de cada país.

DESAFIO:
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

falta reconhecimento para a Agroecologia em instâncias governamentais; débil articulação entre setores e ministérios diversos para construção e implementação de políticas; sobram obstáculos locais para implementação de políticas federais.

✔ ESTRATÉGIAS:

- Promover formações e intercâmbios para gestores públicos;
- Promover a “polinização institucional”: que o debate esteja presente em diversos ministérios e instâncias;
- Incentivar e apoiar a participação ativa de movimentos sociais, sociedade civil, povos indígenas, afrodescendentes, mulheres e juventudes nos processos de formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas.
- Integrar a Agroecologia às políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, saúde pública, reforma agrária.

DESAFIO:
ENFOQUE DE GÊNERO E JUVENTUDE

sem enfoque diferenciado para mulheres e jovens, as políticas públicas podem reforçar desigualdades estruturais ou acabam competindo por recursos menores, reforçando a segmentação.

✔ ESTRATÉGIAS:

- Promover e criar condições para paridade de gênero e juventudes em políticas de acesso à terra e a insumos técnicos e financeiros;
- Integrar as políticas para Agroecologia com as de proteção jurídica e social, considerando a jornada laboral múltipla das mulheres – produtiva, reprodutiva e comunitária;
- Promover a organização de mulheres e jovens e garantir participação paritária nas organizações sociais (por exemplo, 50% de mulheres e 20% de jovens nos processos decisórios).

DESAFIO:
DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

machismo, racismo, concentração fundiária e outras opressões históricas são entraves ao avanço de políticas públicas e não podem ser reproduzidos por elas.

✔ ESTRATÉGIAS:

- Adotar enfoque interseccional nas políticas de acesso à terra, priorizando a Agroecologia e garantindo acesso seguro e justo a territórios, terra, e água para a agricultura familiar e povos tradicionais.
- Denunciar e enfrentar o machismo, o racismo e toda e qualquer forma de discriminação, reconhecendo e valorizando os diferentes tipos de famílias e trajetórias, inclusive de pessoas LGBTQIA+ no campo.

DESAFIO:
MUDANÇAS CULTURAIS

normas sociais, expressões culturais e ordenamentos jurídicos influenciam diretamente - ainda que não explicitamente - no avanço da Agroecologia desde as bases até os altos escalões institucionais.

✔ ESTRATÉGIAS:

- Gerar e difundir evidências sobre o impacto positivo da Agroecologia na mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Assumir a Agroecologia como estratégia de segurança alimentar e saúde pública;
- Integrar conteúdos sobre Agroecologia em espaços educativos formais e informais;
- Promover campanhas e estratégias de comunicação incisivas sobre a importância da Agroecologia;
- Fortalecer a metodologia campesino-campesino como construção coletiva de conhecimento;
- Investir na formação de técnicos de entidades públicas e privadas com foco na agroecologia;
- Fortalecer a REAF como agente promotor de transição agroecológica não apenas técnica, mas também política, social, ambiental e cultural.

É NOS ENCONTROS QUE A AGROECOLOGIA SE FORTALECE

Aprofundar o diálogo entre governos e sociedade civil na troca de experiências e boas práticas sobre políticas públicas, transição agroecológica e certificação participativa, construindo recomendações estratégicas para o avanço e fortalecimento da Agroecologia e incidência na COP30: esses foram alguns dos objetivos do Intercâmbio Regional de Agroecologia da REAF, realizado em Florianópolis entre os dias 23 e 25 de abril, reunindo representantes de ministérios, da academia e de organizações e movimentos sociais ligados à Agroecologia e à Agricultura Familiar do Brasil, Chile, Uruguai, Colômbia, Bolívia e Paraguai. Apesar de pensadas em contexto sul-americano, as propostas debatidas podem e serão compartilhadas com outros países parceiros, para fortalecer sobretudo a articulação sul-sul rumo a um futuro mais agroecológico e resiliente. Na foto, o grupo do Intercâmbio visitando o Sítio Saraquá, propriedade agroecológica no município de Angelina, no interior de Santa Catarina.





ANEXO

LISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E MARCOS REGULATÓRIOS MAPEADOS E ORGANIZADOS POR CATEGORIAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	
BOLÍVIA	Lei nº 3.525 sobre Produção Orgânica (2006)
BRASIL	ATER + Programa Digital
	Projeto Extensão Rural e Agroecologia - ERA
	Programa de Formação em ATER para Assentamentos da Reforma Agrária e Contribuições para Agenda 2030 - PROFOR-EXT
	Formação de Extensionistas e Agentes de ATER para a cadeia de valor da Bioeconomia Amazônica
	Política Nacional de Assistencia Técnica e Extensão Rural (PNATER)
CHILE	Programa de Transição à Agricultura Sustentável (TAS)
COLÔMBIA	Plano Nacional de Assistência Integral, Técnica, Tecnológica e Promoção da Pesquisa
PARAGUAI	Resolução MAG Nº 323/23 de março de 2024 - Cria a UGPOA

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO	
BOLÍVIA	Lei nº 144 – Lei da Revolução Produtiva Comunitária Agrícola (2011)
	Estratégia Nacional de Agroecologia 2025-2035 (em construção)
	Programa Nacional de Inovação Agrícola e Florestal (INIAF)
BRASIL	Projeto Baraúnas dos Sertões
	Apoio à instalação de Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs)
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia
URUGUAI	Plano Nacional de Fomento à Produção com Bases Agroecológicas

DISPOSITIVOS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	
BOLÍVIA	Lei nº 3.525 sobre Produção Orgânica (2006)
BRASIL	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
	Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento - PAFE
	Programa Nacional de Apoio à Comercialização Agroecológica (PROCOM Agroecológico)
CHILE	Programa de Apoio à Comercialização
	Mercados Camponeses
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia
URUGUAI	Plano Nacional de Fomento à Produção com Bases Agroecológicas
	Mercados de Bairro

ENSINO E PESQUISA	
BOLÍVIA	Lei da Educação nº 070 “Avelino Siñani - Elizardo Pérez” (2010)
BRASIL	Apoio à instalação de Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs)
	Programa Agroresidência
	Programa Nacional de Formação e Pesquisa em Agroecologia (PRONAPE)

ENSINO E PESQUISA	
CHILE	Convênio SENCE-INDAP
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia
URUGUAI	Plano Nacional de Fomento à Produção de Base Agroecológica (PNA)
	Projeto “Policulturas Hortícolas”
	Senda Agroecológica

FINANCIAMENTOS E CRÉDITOS NÃO REEMBOLSÁVEIS	
BOLÍVIA	Lei nº 338 das Organizações Econômicas Camponesas, Indígenas e Indígenas (2013)
	Fundo de Apoio à Produção Agroecológica (FONAPROA, 2020)
BRASIL	PRONAF Agroecologia
	PRONAF Mulher
	PRONAF Jovem
	Programa de Apoio Financeiro à Transição Agroecológica
CHILE	Programa de Transição à Agricultura Sustentável (TAS)
	Sistema de Incentivos para a Sustentabilidade Agroambiental dos Solos Agrícolas (SIRSD-S)
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia
URUGUAI	Plano Nacional de Fomento à Produção com Bases Agroecológicas

GARANTIR A DISPONIBILIDADE E ACESSO SEGURO A TERRAS, TERRITÓRIOS E ÁGUA	
BOLÍVIA	Lei nº 300 – Lei da Mãe Terra e do Desenvolvimento Integral para o Bem Viver (2012)
	Lei nº 1.715 – Lei do Serviço Nacional de Reforma Agrária e Lei nº 3.545 – Lei de Reconstrução Comunitária da Reforma Agrária (2006)
BRASIL	Programa Nacional de Regularização Fundiária e Acesso à Água para Agroecologia (PNRFA Agroecológico)
	Programa de Apoio ao Acesso à Terra e ao Território e à Proteção Socioterritorial de Povos e Comunidades Tradicionais

GARANTIR A DISPONIBILIDADE E ACESSO SEGURO A TERRAS, TERRITÓRIOS E ÁGUA	
CHILE	Convênio "Terras Vivas" e “Terras Jovens”
PARAGUAI	Lei 6.286/2019 de Defesa, Restauração e Promoção da Agricultura Familiar Camponesa no Paraguai

NORMAS PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BIOINSUMOS	
BOLÍVIA	Lei nº 3.525 sobre Produção Orgânica (2006)
	Resolução Ministerial nº 132/2020 – Regulamentação para Produção e Utilização de Bioinsumos
BRASIL	Programa Nacional de Bioinsumos Agroecológicos (PNB Agroecológico)
CHILE	Lei Nº 21.349/2021 - Composição, rotulagem e comercialização de fertilizantes e bioestimulantes
	Resolução Isenta 1.557 e Resolução Isenta 6.725
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia
PARAGUAI	Comissão de Peritos em Produção Orgânica (SPG)
URUGUAI	Lei 20.212 de 17/11/2023 - Lei de responsabilização - aprova a criação de comissão para elaborar Plano Nacional de Bioinsumos (PNB)

PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO	
BOLÍVIA	Lei nº 348 – Lei Integral para Garantir à Mulher uma Vida Livre de Violência (2013)
	Lei nº 3.481 – Acesso das Mulheres à Propriedade da Terra (2006)
	Lei nº 243 – Lei Contra o Assédio e a Violência Política contra as Mulheres (2012)
BRASIL	Programa Mosarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra.
CHILE	Programa Mulheres Rurais
	Programa de autoconsumo
COLÔMBIA	Lei 731/2002 - Lei da Mulher Rural

PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO	
COLÔMBIA	Decreto 2.145/2017 - Pelo qual é aprovado o Plano de Revisão, Avaliação e Monitoramento dos programas e leis que favorecem a mulher rural e é criada a Comissão Interinstitucional de acompanhamento do Plano
PARAGUAI	Lei nº 5.446/2015 - Políticas públicas para mulheres rurais
	Decreto 3678/20 - regulamenta a Lei nº 5.446/2015
	Crédito Agrícola de Habilitação - Produtos financeiros para mulheres e jovens rurais
	Projeto Pobreza, Reflorestamento, Energia e Mudanças Climáticas (PROEZA)
URUGUAI	Plano Nacional de Gênero nas Políticas Agrícolas
	Comissão Honorária da Juventude Rural
	Plano Nacional de Fomento à Produção de Base Agroecológica
	Plano Nacional de Produção Agrícola Familiar

PROMOÇÃO E ESCALONAMENTO DA AGROECOLOGIA	
BOLÍVIA	Estratégia Nacional de Agroecologia (ENA) 2025-2035
	Resolução Ministerial nº 020 – Regulamento Técnico Nacional do Sistema Participativo de Garantia (SPG)
	Lei nº 3.525 de Regulamentação e Promoção da Produção Agrícola e Florestal Ecológica (2006)
BRASIL	Edital "Da Terra à Mesa"
	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo
	Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos - Pronara
	Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
	Projeto Bioeconomia das Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Agricultura Familiar
	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras indígenas - PNGATI

PROMOÇÃO E ESCALONAMENTO DA AGROECOLOGIA	
BRASIL	Programa Mossarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra
CHILE	Estratégia INDAP 2023-2030 para uma Agricultura Familiar Camponesa e Indígena mais sustentável, inclusiva e resiliente
	Estratégia de Soberania Nacional para Segurança Alimentar
	Programa de Transição para Agricultura Sustentável (TAS)
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia
	Resolução 0.464 de 2017. Diretrizes estratégicas de políticas públicas para a Agricultura Camponesa, Familiar e Comunitária
	Plano de Desenvolvimento Nacional "Colômbia: potência da vida"
PARAGUAI	Estratégia Nacional para a Promoção da Produção Orgânica e Agroecológica no Paraguai
	Plano Nacional Concertado de Fomento à Produção Orgânica e Agroecológica
	Programa Orgânico Nacional
URUGUAI	Senda Agroecológica
	“Pecuária Sustentável”
	Projeto “Policulturas Hortícolas”
	Curso “Cultivar para Transformar”

RESGATE, CONSERVAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E ACESSO A MATERIAIS PROPAGATIVOS DE SEMENTES, MUDAS E RAÇAS ANIMAIS CRIOULAS E NATIVAS	
BOLÍVIA	Lei nº 144 – Lei da Revolução Produtiva Comunitária Agrícola (2011)
	Lei nº 300 – Lei da Mãe Terra e do Desenvolvimento Integral para Viver Bem (2012)
BRASIL	Programa Nacional de Bancos Comunitários de Sementes Crioulas e Biodiversidade (PNBSCB)
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia
URUGUAI	Lei 17.942 de 2006

VALORIZAÇÃO DE PRÁTICAS E CONHECIMENTOS REGIONAIS	
BOLÍVIA	Lei nº 144 – Lei da Revolução Produtiva Comunitária Agrícola (2011)
	Programa Nacional de Conhecimento Ancestral para Soberania Alimentar (2019)
	Lei nº 300 – Lei da Mãe Terra e do Desenvolvimento Integral para o Bem Viver (2012)
BRASIL	Programa Mossarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra
	Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento - PAFE
CHILE	Planos de Sustentabilidade e Transição Agroecológica
	Rede SIPANM
	Estratégia de Soberania Nacional para Segurança Alimentar
COLÔMBIA	Mesa Nacional de Agroecologia
PARAGUAI	Decreto 5.897/2021 – Plano Nacional Dos Povos Indígenas
URUGUAI	Plano Nacional de Fomento à Produção de Base Agroecológica
	Plano Nacional de Agricultura Familiar (PNAF)
	Programa Nacional de Promoção da Conscientização Agrícola

SEGURO CLIMÁTICO E/OU DE COLHEITA	
BOLÍVIA	Seguro Agrário Municipal (Projetos Piloto em Municípios)
	Seguro Agrário Universal Pachamama (Lei nº 144 – 2011)
BRASIL	Programa de Garantia da Atividade Agroecológica (PROAGROECOLÓGICO)
CHILE	Seguro agrícola
	Programa de contratação de seguros agrícolas do INDAP
COLÔMBIA	Seguro paramétrico agrícola
URUGUAI	Lei 17.503 de junho de 2002, modificada pela Lei 17.844 de outubro de 2004 e Lei 18.827 de outubro de 2011

SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA	
BOLÍVIA	Estratégia Nacional de Agroecologia 2025-2035 (em construção)
	Resolução Ministerial nº 020/2019 – Regulamento Técnico Nacional do SPG
BRASIL	Programa Nacional de Fortalecimento da Certificação Participativa (PNCP Agroecológico)
CHILE	Sistema de Certificação de 1ª parte (Certificação Participativa)
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia
PARAGUAI	Lei 3.481/2008 de Promoção e Controle da Produção Orgânica e decreto 4.577/10.
URUGUAI	Plano Nacional de Fomento à Produção de Base Agroecológica
	Decreto 557/008 de 17 de novembro de 2008. O Decreto 175/022 de maio de 2022 revogou o Decreto 557/008

VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTOS DE MULHERES E JOVENS	
BRASIL	Quintais produtivos das Mulheres Rurais
	PRONAF Jovem
	Programa Mossarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra
	PRONAF Mulher
CHILE	Mesas de mulheres rurais
	Planos Regionais de Juventude Rural
	Programa de Transição à Agricultura Sustentável (TAS)
	Política Nacional de Juventudes Rurais
	Programa “Meu Primeiro Negócio Rural”
COLÔMBIA	Política Pública de Agroecologia
URUGUAI	Plano Nacional de Fomento à Produção de Base Agroecológica
	Plano Nacional de Gênero em Políticas Agrícolas (PNG)
	Plano Nacional de Agricultura Familiar (PNAF)

REFERÊNCIAS

Adubação verde : ferramenta da agroecologia. Letícia Filipini, Renata Rodrigues Lucas, Anne Elise Stratton. Florianópolis, SC : Cepagro, 2021.

Diagnóstico de los marcos normativos, políticas públicas vigentes y recomendaciones de propuestas para promover la Agroecología en los países del Mercosur. COPROFAM, octubre de 2024. Apresentado na XLI REAF, Montevideo, 2024.

Documento de trabajo: Hacia la conformación de una agenda de Agroecología en la REAF (Centro Cooperativista Uruguayo/FIDA/REAF).

ESTRATEGIA INDAP 2023-2030. "Por una Agricultura Familiar Campesina e Indígena más inclusiva, sostenible y resiliente". INSTITUTO DE DESARROLLO AGROPECUARIO, 2023.

Final Declaration: "Sowing sustainability: Scaling up the vital contribution of Family Farming". World Rural Forum, 2024.

Good practices at FAO: Experience capitalization for continuous learning. FAO, setembro de 2013.

Landscape of Climate Finance for Agrifood Systems 2025. Climate Policy Initiative (CPI), 2025.

Manual de producción agroecológica. INDAP, Chile, 2016

Manual de transición agroecológica para la agricultura familiar campesina. INDAP, Chile, 2018

MERCOSUL/REAF/P.REC Nº 01/23. BASES DA AGROECOLOGIA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCOSUL. XXXIX REAF – Rio de Janeiro, 2023.

Plan Nacional Para el Fomento de la Producción con Bases Agroecológicas. MGAP, Uruguai, 2021.

Política Pública de Agroecologia. MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL – MADR. Bogotá, 2024.

Public Climate Finance For Food Systems Transformation", de Global Alliance for the Future of Food, 2024.

Rede SAFAS: trazendo a floresta pra dentro da roça. DIONÍSIO, Ana Carolina; DORTA, Fernanda; MAGNANTI, Natal João; SIMÕES-RAMOS, Grazianne Alessandra; SIDDIQUE, Ilyas. Florianópolis: UFSC, 2017.

Redes De Agroecologia Para O Desenvolvimento Dos Territórios: Aprendizados Do Programa Ecoforte. Articulação Nacional de Agroecologia, Brasil, 2019.

Resenha de Agricultura Familiar, FAO, 2021.

Scaling up Agroecology initiative: transforming food and agricultural systems in support of the SDGs. FAO, 2018.

Seis pilares fundamentais para o desenvolvimento da Agricultura Familiar na Bolívia. Boletim COPROFAM, 2020.

Síntesis Estadísticas De los 16 principales cultivos Año agrícola 2020/2021, MAG/Paraguay.

Sistemas Importantes del Patrimonio Agrícola Mundial (SIPAM). FAO.

The potential of agroecology to build climate-resilient livelihoods and food systems. FAO, 2020.

The 10 Elements Of Agroecology Guiding The Transition To Sustainable Food And Agricultural Systems. FAO, 2018.

Untapped Potential: An analysis of international public climate finance flows to sustainable agriculture and family farmers. Climate Focus, 2023.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800 - 70610-460 - Brasília-DF
www.in.gov.br



ISBN 978-856729711-8